

**ROSILDA FERREIRA PAREDES**

**EMPREGABILIDADE E ESCOLARIDADE – UM ESTUDO DE CASO**

**CURITIBA – 2002**

**ROSILDA FERREIRA PAREDES**

**EMPREGABILIDADE E ESCOLARIDADE – UM ESTUDO DE CASO**

**Monografia apresentada para Obtenção do Título de Especialista em Educação no Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria Aparecida Zanetti**

**CURITIBA – 2002**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde, disposição e entusiasmo para desenvolver este trabalho de pesquisa.

À minha família, pela solidariedade e carinho.

Ao Almir, pela sua incansável disposição em colaborar para a realização desta pesquisa.

À professora e orientadora Maria Aparecida Zanetti, pelo seu acompanhamento, revisão do estudo e críticas que propiciaram um maior aprofundamento nas questões polêmicas da pesquisa.

Enfim, meu especial agradecimento a todas as pessoas que colaboraram como sujeitos da pesquisa.

Na sociedade brasileira, além de marcada por distribuição desigual do saber, constitui-se em um imenso espaço vazio que não tem sido assumido pelo sistema de ensino pela reduzida clareza acerca das formas de articulação com o mundo do trabalho, bem como pelas contradições que lhe são inerentes.

Acácia Zeneida Kuenzer

## RESUMO

Este estudo analisa o que motiva os trabalhadores a retornarem aos estudos, bem como, o levantamento das demandas por escolarização das empresas e de quais motivos justificam esta exigência, com base na fundamentação teórica que discute os modelos de produção e as demandas por escolarização. Sendo assim, discorre sobre as mais relevantes contribuições de pensadores sobre estas questões.

Apóia-se em dados quantitativos para análise de um grupo de 43 trabalhadores que estão em busca de escolaridade numa instituição pública de ensino que oferta escolarização e certificação para jovens e adultos. É também feita análise sobre a escolaridade do trabalhador, com base nos dados (meses de junho e julho/2002) de uma agência de empregos, o SINE/PR e, dados do IBGE (2002).

A presente pesquisa indica que, devido à globalização da economia e da reestruturação produtiva, as empresas passaram a investir em inovações tecnológicas e organizacionais e, com isto, houve a necessidade de demandas de qualificação, o que explica a busca pela escolaridade por parte dos trabalhadores.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	V
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 TAYLORISMO-FORDISMO: DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES</b> .....	4
1.1 Caracterizando o Taylorismo – Fordismo .....	4
1.2 Perfil do trabalhador e as demandas de escolarização neste modelo de produção. ....	8
<b>2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR</b> .....	13
2.1 Caracterizando a reestruturação produtiva .....	13
2.2 Perfil do trabalhador e as demandas de escolarização neste modelo de produção. ....	17
<b>3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MODALIDADE DE ESCOLARIZAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DOS TRABALHADORES</b> ----	22
<b>4 MODELOS DE PRODUÇÃO E AS DEMANDAS POR ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CAMPO</b> .....	30
4.1 Elementos básicos do estudo de caso: o recorte metodológico .....	30
4.2 O atual modelo de produção e as demandas por escolarização dos trabalhadores .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56
<b>ANEXO – Instrumental de pesquisa de campo</b> .....	60

## INTRODUÇÃO

A Educação, entendida como um direito básico de cidadania, que oportuniza a apropriação e a produção do conhecimento, tendo como intenção a formação de cidadãos conscientes, críticos e criativos, sofre influências do sistema político, econômico e cultural no qual se insere e, desta forma, embora tenha uma autonomia relativa, é levada a atender às demandas postas pelo mercado capitalista de trabalho.

A Educação tem enfrentado, segundo FERRETTI, JÚNIOR e OLIVEIRA (1999, p. 8) o desafio de "... superar as contradições entre a educação orientada pelos valores do mercado de trabalho e a educação voltada para uma democracia social e econômica."

No modelo de produção taylorista/fordista, o trabalhador deveria apenas executar as tarefas de forma disciplinar, respeitando os movimentos elementares previamente estabelecidos. Desta forma, bastava ao trabalhador, do ponto de vista das demandas de qualificação e de emprego, o saber fazer e uma baixa escolarização.

Entretanto, com as mudanças no mundo do trabalho, devido a globalização da economia e a reestruturação produtiva, surgem novas demandas de qualificação e de escolarização. Do ponto de vista das empresas, para sobreviverem numa economia globalizada, elas necessitam investir em inovações tecnológicas e organizacionais. Do ponto de vista dos trabalhadores, exige-se deles novas competências cognitivas e de relacionamento, de forma que, além de saber fazer, necessitam também conhecer e saber aprender, o que demanda maior escolarização e qualificação.

Neste sentido, o presente estudo parte de dois pressupostos básicos: as novas exigências do mercado de trabalho e o aumento da procura por escolarização por parte dos trabalhadores, através da Educação de Jovens e Adultos.

Para analisar estes pressupostos, o estudo monográfico parte de dois eixos. O primeiro, levanta as motivações dos trabalhadores para o retorno aos estudos e o segundo, levanta as demandas de escolarização pelas empresas e a justificativa das mesmas.

O novo perfil dos trabalhadores requerido pelas empresas, aliado ao retorno aos estudos por parte dos trabalhadores podem, por hipótese, explicar o porquê das exigências do atual mercado de trabalho com relação a escolaridade.

Nesta perspectiva, a elaboração do presente estudo ocorre a partir de dois procedimentos que, somados, contribuem na análise comparativa dos dados e colaboram para as considerações finais.

Um dos procedimentos consiste na pesquisa bibliográfica, como forma de investigar e fundamentar-se teoricamente a respeito dos modelos de produção taylorista/fordista, de reestruturação produtiva e de suas respectivas demandas por escolarização. Além disso, estuda-se a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de atendimento dos jovens e adultos trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria.

O outro procedimento escolhido foi o estudo de campo, limitado à investigação de alunos-trabalhadores que estão retornando aos estudos, numa instituição pública de ensino, que oferta escolarização para jovens e adultos, que buscam a certificação de Educação Básica. Desta forma, tem-se a possibilidade de analisar as relações entre os modelos de produção e as demandas por escolarização dos alunos-trabalhadores e também se o nível de escolaridade está relacionado, atualmente, às possibilidades de ingresso e manutenção dos trabalhadores no mercado de trabalho, bem como a um conjunto de direitos de cidadania.

Neste sentido, com a elaboração e a aplicação de um questionário, busca-se levantar com os alunos-trabalhadores, inscritos nesta instituição pública de Educação de Jovens e Adultos, as seguintes informações: dados pessoais, tais como sexo e idade; grau de escolaridade e tempo sem estudar; os motivos do aluno-trabalhador retornar aos estudos; a percepção que cada aluno-trabalhador tem da relação entre a certificação e a obtenção de emprego e a situação profissional do aluno-trabalhador.

Além disso, os dados do SINE/PR - Sistema Nacional de Emprego/ Paraná, referentes aos meses de junho e julho de 2002 sobre a colocação e oferta de mão-de-obra segundo sexo, escolaridade e faixa-etária, bem como, os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre a escolaridade do trabalhador e

também dados sobre o desemprego, podem contribuir para a análise do presente estudo.

Este estudo monográfico está organizado em quatro capítulos. O primeiro deles aborda alguns dos elementos do modelo de produção taylorista/fordista e a relação deste modelo com as demandas por escolarização.

No segundo capítulo, busca-se caracterizar e analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho devido à globalização da economia e à reestruturação produtiva e, em decorrência destas, as exigências postas para as empresas e para os trabalhadores.

O terceiro capítulo traz elementos para a análise das demandas por Educação de Jovens e Adultos por parte dos trabalhadores, tomando por base, alguns fundamentos de sua história e alguns elementos das políticas educacionais recentes.

O quarto capítulo apresenta o recorte metodológico do estudo de campo para, posteriormente, apresentar e relacionar os dados nele obtidos com o estudo que discute os modelos de produção e as demandas por escolarização, bem como considerar a compreensão dos alunos-trabalhadores pesquisados sobre a relação existente entre a certificação escolar e a obtenção/manutenção de um emprego no atual mercado capitalista de trabalho.

# 1 TAYLORISMO – FORDISMO: DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

## 1.1 CARACTERIZANDO O TAYLORISMO E O FORDISMO

Nas sociedades primitivas, o modo de produção era comunal, conhecido também como “comunismo primitivo”, ou “economia de subsistência”. A produção era feita em comum, numa relação social igualitária e objetivava a manutenção da própria existência. Não havia divisão de classes, pois todos compartilhavam das mesmas conquistas e produções.

Com o passar do tempo, o homem percebe que pode fixar-se em lugares onde tem o necessário para manter a sua subsistência. Deixa então de ser nômade e passa a ser sedentário. Ao fixar-se, toma posse, tornando assim o lugar, a terra numa propriedade particular. Esta atitude então provoca a divisão de classes entre os que possuem a terra e os que não a possuem.

Com a apropriação da terra, o homem considera que tem poder, liberdade e exige que a produção seja feita por seu semelhante que não é proprietário.

O modo de produção feudal é um exemplo disto, pois quem não possuía propriedade (servo) precisava trabalhar para os proprietários (senhores feudais). A produção consistia no cultivo da terra e no artesanato, este último, necessário para produzir instrumentos rudimentares para as atividades agrícolas. Estes instrumentos artesanais eram comercializados pelos burgueses, habitantes da cidade e que promoviam feiras de trocas. O aumento da atividade mercantil possibilitou aos burgueses o acúmulo do capital, a detenção do poder econômico e o investimento na própria produção. Surge um novo modo de produção, conhecido como produção capitalista, burguesa ou moderna.

A burguesia adquire poder econômico, mas necessita também do poder político. É no século XVIII, chamado o Século das Luzes, que os burgueses propõem a igualdade de direitos e oportunidades. As idéias iluministas são difundidas e despertam no homem o interesse em dominar a natureza através da razão.

E é com este novo pensar e agir sobre a natureza que o homem desenvolve máquinas que o auxiliam na produção de mercadorias muito requisitadas num

mercado em permanente expansão. A sociedade que era predominantemente agrária passa a ser uma sociedade industrial. Surgem então as indústrias e nelas torna-se possível o controle sobre os artesãos e trabalhadores. Ocorre o estabelecimento de relações assalariadas e uma nova forma de exploração do trabalho humano. Diante disto, mudanças profundas são evidenciadas na fisionomia do mundo do trabalho que passa a ser controlado por uma produção de cunho capitalista.

Tendo em vista que este tipo de produção visa lucratividade, decorre a necessidade de organizar o trabalho nas indústrias, na busca do aumento da produtividade e conseqüentemente da reprodução do capital.

Frederick W. Taylor (1856 – 1915), engenheiro norte-americano, foi um, dentre outros, que desenvolveu um conjunto de princípios para aumentar a produtividade industrial, eliminar o desperdício, a ociosidade operária e reduzir os custos da produção. Sobre o aumento da produtividade, ele enfatiza que "... a maior prosperidade decorre da maior produção possível dos homens e máquinas do estabelecimento, isto é, quando cada homem e cada máquina oferecerem o melhor rendimento possível."(TAYLOR, 1995, p. 26 )

Em relação ao desperdício, à ociosidade operária e à redução do custo de produção, ele afirma que a "... eliminação da cera, e das várias causas do trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais."(TAYLOR, 1995, p. 27)

O modelo de produção criado por Taylor, conhecido então como modelo de produção taylorista buscava produzir em grande quantidade, produtos padronizados com o uso de equipamentos com comandos que não podem ser alterados, caracterizando assim uma produção de base rígida.

Taylor criou um sistema de análise e controle do tempo e do movimento dos operários e das máquinas durante a realização da tarefa e, com isto, desenvolveu técnicas de racionalização do trabalho, pois queria uma maneira mais rápida e eficiente de executar a tarefa. Afirma ele, sobre os carregadores de lingotes de ferro: "[Cronometramos] e estudamos cuidadosamente os 75 carregadores, durante 3 a 4 dias, ao fim dos quais separamos quatro homens que pareciam ser fisicamente

capazes de carregar barras de ferro na proporção de 47 toneladas por dia.” (TAYLOR, 1995, p. 44)

No entanto, com esta doutrina econômica e tecnocrática sobre a organização do trabalho, que visa obter o máximo de rendimento, no menor tempo, Taylor converte o operário numa peça viva da máquina.

LAPASSADE (1983, p.134) observa que para Taylor “a máquina é o modelo ideal. Mas como a fábrica tem necessidades de homens que trabalhem com as máquinas, é necessário que estes trabalhadores não sejam diferentes da máquina que devem servir.”

Ao estabelecer esta norma de organização, Taylor dividiu o trabalho e assim cada operário fica responsável por apenas uma execução, ou melhor, uma parte do trabalho e esta deve ser feita de forma contínua e repetitiva. Esta divisão fragmenta o processo de trabalho e gera um trabalhador mutilado, deformado ao executar de forma sistemática uma operação parcial. Sendo assim, o trabalhador passa a ter um comportamento controlado, cronometrado, programado e até recebe prêmio quando tem um rendimento maior e melhor, como forma de incentivá-lo na colaboração do modelo de produção. Como exemplo disto, Taylor apresenta a experiência que ele desenvolveu com um operário: “Schmidt começou a trabalhar. Durante o dia todo e a intervalos regulares, o homem que o orientava com um relógio na mão lhe dizia: Agora, levante o lingote e ande. Agora sente-se e descansa. Agora, ande; agora, descansa etc. Ele trabalhava e descansava quando mandado, e às 5h30 min da tarde tinha colocado no vagão 47 ½ toneladas.” (TAYLOR, 1995, p. 46)

Taylor verificou que, antes o carregamento diário era em média de 12 ½ toneladas de barras de ferro e o trabalhador recebia \$ 1,15 dólar por dia. Ao desenvolver o estudo com os carregadores, principalmente, com Schimidt, concluiu que seria possível o carregamento diário de 47 ½ toneladas de barras de ferro e como prêmio aumentou o salário para \$ 1,85 dólar. O que se observa é que o trabalhador passou a carregar quase quatro vezes mais, porém o salário não aumentou de forma justa.

Taylor pretendia construir um novo trabalhador que fosse disciplinado, obediente, disposto a aceitar os movimentos impostos para a execução da tarefa, porém da maneira injusta com que remunerava pelo trabalho realizado, percebe-se

que a sua preocupação maior era apenas com o aumento da produtividade e da lucratividade.

Estando assim condicionado, o trabalhador não refletia sobre seu trabalho. Além disso, não havia abertura para inovações, criatividade e liberdade para desenvolver sua própria maneira de trabalhar, sendo apenas necessário seguir o modelo já estabelecido. Neste modelo de produção, o trabalhador era pago para trabalhar, ou seja, apenas para fazer, executar. E como já foi enfatizado, o trabalhador teve um aumento expressivo de trabalho, mas não recebeu o salário justo, merecido.

CATTANI (1997, p.248) comenta que, para Taylor, “os trabalhadores não são pagos para pensar, mas para executar”.

Para ele, o trabalhador deveria ser premiado quando realizava bem toda a tarefa que foi proposta. Neste sentido, diz ele, a “... recompensa para ser eficaz no sentido de concitar o homem a realizar seu melhor trabalho deve seguir-se imediatamente à apresentação do serviço.”(TAYLOR, 1995, p. 72)

Taylor separou o trabalho de concepção das funções de execução e, conseqüentemente, retirou da maioria dos trabalhadores o saber produzido nas relações sociais do trabalho, provocando uma alienação do esforço produtivo do trabalhador afirmando que “... um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho” (TAYLOR, 1995, p.41)

Diz ele ainda que o “... trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realiza-la.”(TAYLOR, 1995, p. 42)

CATTANI (1997, p.248) comenta que neste modelo de produção taylorista, atuam especialistas de controle (engenheiros, contramestres, cronometristas) comprovando assim a existência de uma estrutura hierarquizada.

Em síntese, o modelo taylorista de produção baseia-se em grandes massas de trabalhadores não qualificados, submetidos a trabalhos intensos, repetitivos, monótonos, cansativos e desprovidos de sentido, além disso, não remunerados de forma justa. As condições de trabalho são precárias e o trabalhador tem que manter o ritmo acelerado, não podendo parar independente de suas condições físicas e psicológicas.

O taylorismo associado ao fordismo potencializa a produção capitalista enquanto estratégia utilizada por Henry Ford para organizar a produção. Envolve extensa mecanização com o uso de máquinas-ferramentas especializadas, linha de montagem e de esteira rolante e a crescente divisão do trabalho. (CATTANI, 1997, p. 91)

Na aplicação do modelo taylorista e no fordista vê-se que o primeiro "... pode ser aplicado em firmas médias e pequenas e o fordismo difunde-se, principalmente, em grandes empresas produtoras de bens de consumo duráveis (tecnicamente mais complexos), tendo em vista a produção de produtos padronizados, para consumo de massa, portanto, economia de escala."(CATTANI, 1997, p.91)

O modelo de produção taylorista buscou a padronização dos procedimentos, com o controle do tempo e dos movimentos na execução de uma tarefa, enquanto que o fordismo desenvolveu a produção em série na busca de aumentar a produtividade.

Em seu filme "Tempos Modernos", Charles Chaplin representando o personagem Carlitos, de uma forma cômica, caracteriza o modelo taylorista/fordista de produção, mostrando assim a subordinação do homem à máquina e ao processo de trabalho.

Evidentemente que, estes modelos de produção geraram conflitos, pois nem todos os trabalhadores aceitavam esta subordinação ao trabalho e os sindicatos os apoiaram. A psicologia, a sociologia e a antropologia também influenciaram neste modelo de produção, na medida em que fizeram críticas ao condicionamento humano e introduziram conhecimentos para melhorar as relações humanas e assim diminuir os conflitos no espaço produtivo.

## 1.2 PERFIL DO TRABALHADOR E DEMANDAS DE ESCOLARIZAÇÃO NESTE MODELO DE PRODUÇÃO

Do ponto de vista das demandas de qualificação e escolarização, este modelo requer elevado número de trabalhadores com baixa escolaridade.

Neste modelo de produção, exige-se do trabalhador, habilidades psicofísicas, obediência, disciplina na execução das tarefas que devem ser feitas de acordo com os movimentos elementares minuciosamente pré-estabelecidos pela

gerência. É necessário memorizar os procedimentos para executar determinadas atividades. No entanto, por serem repetitivas, instrumentais e mecânicas, basta apenas treinamento e experiência e logo o trabalhador está apto para desempenhar a atividade proposta.

Segundo KUENZER (1999, p.24) no modelo de produção taylorista, o trabalhador qualificado:

... era aquele que executava as tarefas com habilidade, geralmente adquirida pela combinação entre treinamento e experiência, que se dava através da mediação das atividades laborais. Tendo em vista que os processos técnicos eram rígidos, transparentes, estáveis, bastavam habilidades psicofísicas, memorização e repetição de procedimentos para definir a capacidade para executar determinadas tarefas, cujas variações pouco significativas ao longo do tempo, permitiam uma adaptação quase natural às mudanças.

TAYLOR (1995, p.70) em seu livro comenta que:

Algumas pessoas nascem com extraordinária rapidez de percepção, seguida de pronta reação. A mensagem neles é quase instantaneamente transmitida do olho ao cérebro e o cérebro do mesmo modo responde rapidamente, enviando sua ordem às mãos. Os homens deste tipo são tidos como possuidores de baixo coeficiente pessoal, enquanto os de percepção lenta e reação também vagarosa, como de alto coeficiente pessoal. Naturalmente são requeridas qualidades comuns de persistência e compreensão.

Neste sentido, ressalta-se a valorização da atividade manual das habilidades psicofísicas, enfim, do saber fazer.

Taylor ao desenvolver este modelo de produção impôs uma atitude mental aos trabalhadores, ao forçá-los a realizar repetidamente a mesma tarefa. Afirma ele que a "... mudança, porém, na atitude mental e nos hábitos dos trezentos e muitos trabalhadores somente pôde ser conseguida devagar e após séries de demonstrações concretas..." (TAYLOR, 1995, p. 76)

Considerando que, "... as máquinas possuíam equipamentos rígidos com comandos que não podem ser alterados, as funções dos operadores se limitam a abastecer a máquina e cuidar dela. Este tipo de atividade, pela sua conformação, exige apenas capacidades humanas elementares."(MACHADO, 1992, p. 14)

Segundo DIAS (1993, p.100), este modelo de produção provoca a incorporação de mão-de-obra não qualificada inserida numa lógica de adestramento.

Obviamente, pela própria intervenção no mundo da produção, as classes dominantes tentam inibir a formação de intelectuais para as classes subalternas. O maior exemplo foi a tentativa de Taylor de transformar o operário em um gorila amestrado, de transformar o operário em um elemento passivo com mão firme e olho vigilante, despido de toda e qualquer possibilidade de intervenção consciente na produção. Tenta-se, assim, já no

próprio processo fabril, obter uma disciplina que impeça, ou pelo menos dificulte, a constituição de uma concepção de mundo.

TAYLOR (1995, p.66) em seu livro sugere que a "... direção deve fornecer professores para instruírem o novo trabalhador nos melhores e mais simples movimentos, e os operários lentos devem ser constantemente cronometrados e auxiliados, até atingirem a velocidade conveniente."

O conhecimento requerido é apenas o suficiente para a execução da tarefa. Sendo assim "... não se exigia do trabalhador mais do que alguns anos de escolaridade, os suficientes para permitir o domínio de alguns conhecimentos básicos de leitura, escrita, de cálculo, da natureza e da sociedade."(KUENZER, 1999, p. 24)

O modelo de produção taylorista - fordista era, portanto, pouco exigente em escolaridade e qualificação profissional.

Todavia é notável neste modelo de organização do trabalho a separação entre as funções intelectivas e as funções operacionais e, por conseguinte a separação entre a concepção e a execução. E, portanto, somente "... era exigido uma formação escolar prolongada e domínio do conhecimento científico e habilidades cognitivas superiores e boa comunicação para aqueles que exerciam funções intelectivas relativas à direção, política e técnica, de pesquisa e desenvolvimento."(KUENZER, 1999, p.24)

ENQUITA (1989, p.21) sobre isto também comenta que, quando a concepção se concentra apenas nas mãos da direção das organizações produtivas e o trabalhador fica restrito a funções de execução, ocorre o processo de desqualificação e degradação do trabalho.

CARVALHO (1994, p.108) comenta que o processo de industrialização, no Brasil, tem sido marcado pelo baixo dinamismo tecnológico. A baixa prioridade atribuída à capacitação tecnológica, aliada aos efeitos da crise sobre o investimento, que terminaram por retardar o processo de modernização e difusão de novas tecnologias e técnicas organizacionais, são os determinantes mais diretos da relativa permanência do modelo de produção taylorista que tem como um dos princípios a separação entre o saber e o fazer. Sendo assim, prevalecem no Brasil, processos de trabalho industriais com baixo grau de automação, organizados com base na

fragmentação do trabalho e na constituição de postos de trabalho com tarefas simplificadas.

Sobre a escolaridade dos trabalhadores no Brasil, CARVALHO (1994, p. 108) comenta que "... a maior parcela da força de trabalho industrial é composta de trabalhadores semiquualificados ou não-qualificados, com baixo grau de escolarização formal e cujas experiências de treinamento são de curta duração."

E também afirma que "... a maioria não chegou a completar o ensino fundamental, ao lado de um grupo menor dos que têm o ensino médio e um grupo mais reduzido ainda de empregados que chegaram à educação superior."(CARVALHO, 1994, p. 118)

Ainda CARVALHO (1994, p. 119) comenta que a situação de escolaridade dos trabalhadores industriais brasileiros se deve, entre outros fatores, aos critérios tayloristas de recrutamento. Segundo este mesmo autor, em "... boa parte das atividades industriais, as exigências de escolaridade para a obtenção de emprego são bastante baixas, o que é compreensível quando se trata de recrutar para empregos semiquualificados."

Sabe-se que ainda existem empresas que utilizam o modelo de produção taylorista alegando a necessidade de divisão do trabalho e da hierarquia como forma de controlar os trabalhadores.

SEGNINI (1992, p.60) comenta que a "... escola frente a isto vivencia a contradição entre a perspectiva enciclopedista (o conhecimento liberta o homem das trevas e da superstição) e a perspectiva burguesa (educar o suficiente, não mais do que o suficiente para a produção)."

CARVALHO (1994, p.120) ainda enfatiza que o "... baixo grau de instrução da mão-de-obra no Brasil constitui num sério obstáculo à implementação de novas técnicas de qualidade e de produtividade." O problema além de ser em decorrência da precária oferta do sistema educacional foi também da própria indústria, que insistiu em práticas de recrutamento que não privilegiam a escolaridade.

No Brasil, os baixos salários, o uso da demissão como instrumento disciplinador e como expediente de controle de reivindicações salariais e inexistência de carreiras revelam pouco interesse das gerências com a fixação da força de trabalho. (CARVALHO, 1994, p. 108 –109)

BRYAN (1993, p.72) comenta que os principais tayloristas complementados com a psicologia do trabalho têm sido utilizados para organizar o processo de formação profissional, englobando o currículo e a metodologia de ensino, com as qualidades técnicas e sociais desejadas na organização industrial.”

A escola contribui com este modelo de produção quando coloca maior ênfase nos aspectos disciplinares, procurando transformar o homem numa força de trabalho e quando introduz valores necessários para a sujeição, para a submissão. E isto tem ocorrido principalmente na educação de crianças e adolescentes pobres. (SEGNINI, 1992, p. 60)

Ao realizar as atividades pedagógicas, impondo modelos e soluções pré-fabricadas, ao estimular a obediência, a memorização e ao mostrar a realidade de forma compartimentada, sem reflexão e análise, a escola está de acordo com o modelo de organização taylorista.

## **2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR**

### **2.1 CARACTERIZANDO A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Desde o final dos anos 70, mudanças significativas têm sido evidenciadas no mundo do trabalho.

Estas mudanças têm como causas, segundo LEITE (1994, p.564), as pressões para o aumento das exportações provocadas pela retração do mercado interno e pela necessidade de incremento do superávit da balança comercial para o pagamento da dívida externa. Este quadro modifica os patamares de competitividade das empresas, colocando-as diante de novos padrões de qualidade.

CATTANI (1997, p. 203) também destaca como causas destas mudanças, o fato de que:

A lucratividade das empresas foi duramente afetada pela soma de diversos fatores (inerentes à própria lógica do fordismo e aos limites técnicos decorrentes da organização científica do trabalho), que impediram o contínuo aumento da valorização do capital com base no aumento da produtividade. Ao lado disso, o choque do preço do petróleo e a ascensão das taxas de juros em meados dos anos 70, provocaram uma nova queda nos índices de lucros das empresas, o que levou ao decréscimo nos investimentos e a problemas no emprego e na renda.

Em relação aos operários, LEITE (1994, p.564), enfatiza que houve a necessidade de "... substituição das políticas repressivas de gestão de mão-de-obra por formas menos conflituosas que permitissem às empresas contar com a colaboração dos trabalhadores na busca da qualidade, produtividade [e, conseqüentemente, lucratividade]."

As empresas, para que pudessem atender às novas exigências, introduziram inovações tecnológicas e organizacionais de forma a sobreviver num mercado que passa a ser globalizado e competitivo e garantir lucratividade.

Diante das circunstâncias acima citadas, entra em curso um novo paradigma que busca novas formas de organização do trabalho em substituição ao modelo de produção taylorista. Este novo paradigma procura atender aos aspectos de mercado, com produtos diversificados e o da produção com a instalação de equipamentos que proporcionem a automação e a flexibilidade.

A automação diz respeito à "... todo instrumento ou objeto que funcione sem a intervenção humana, podendo ser aplicado a qualquer tipo de máquina ou artefato que opere deste modo". (CATANNI, 1997, p. 25)

Quanto à especialização flexível entende-se como:

um paradigma alternativo para a produção capitalista, o qual se funda em elementos da produção artesanal em pequenos lotes, com tecnologia multipropósito, ancorada em trabalhadores qualificados e dotada de capacidade de alterar, constantemente, o mix de produção com baixos custos de reconversão, em oposição ao paradigma da produção em massa, que teria dominado o desenvolvimento econômico internacional desde o século 19."(CATTANI, 1997, p.83)

A entrada da microeletrônica possibilitou o ajuste às modificações dos produtos, que necessitam ser de alta qualidade e diversidade para atender à demanda que passa a ser exigente. Além disso, também favoreceu a automação dos processos produtivos, ao reduzir o tempo de trabalho e aumentar a produtividade. Pesquisas e experimentações foram desenvolvidas no intuito de melhorar a organização do trabalho e da produção.

Segundo CORIAT (1988, p.16) uma: "... primeira via de pesquisa consistiu na tentativa de reforçar os encadeamentos estabelecidos sobre uma base especificamente tecnológica, visando a reduzir a importância de atividades do trabalho vivo na fixação de ritmos e na obtenção da qualidade dos produtos."

Dentre as várias formas organizacionais de produção que foram surgindo com a reestruturação produtiva, citam-se algumas:

- a) Linhas Integradas Flexíveis: consiste numa mesma linha de produção, de segmentos alternativos – rígidos e flexíveis- segundo as exigências do mercado;
- b) Kan-ban: caracteriza-se num método anti ou não-burocratizado de programação de trabalho que busca a redução de estoques de matéria prima e peças intermediárias. Só é produzido e sem demora aquilo que já foi vendido;
- c) MRP: *Material Requirement Planning* é uma forma inversa do Kan-ban, pois se constitui tendo por base as previsões de venda. Utiliza as novas tecnologias, a informática para controlar todas as informações relativas às ordens de serviços;
- d) CCQ: Círculos de Controle de Qualidade têm como intenção o

envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo, estimulando formas de organização do trabalho e de tomada de decisão;

e) TQC: Controle Total da Qualidade: sistema administrativo baseado no engajamento de todos os trabalhadores de todos os setores da instituição, em atividades de controle de qualidade com a utilização de métodos e técnicas específicos.

Estas formas organizacionais têm como intenção o controle sobre os trabalhadores e o aumento da produtividade.

A introdução das novas tecnologias informatizadas neste processo provoca questionamentos, tais como a estrutura de emprego e a qualificação do trabalhador.

Sobre isto CATTANI (1997, p. 273) comenta que "... os avanços da tecnologia microeletrônica e da racionalização das técnicas organizacionais do processo de trabalho, orientados por conceitos como produção flexível, produção enxuta e especialização flexível, em um contexto de competição capitalista global, colocam em cheque a centralidade do trabalho."

KUENZER (1999, p. 19) também refere-se a estas questões afirmando que:

Embora não sejam a principal causa, os avanços da ciência e da tecnologia, resultantes do investimento do grande capital e dos Estados Nacionais, passam a ser estruturalmente constituintes do novo modo de acumulação, contribuindo desta forma para o desemprego não apenas porque os investimentos geram poucos postos, mas também porque os geram no setor mais dinâmico, que não por acaso vêm sistematicamente substituindo a força de trabalho pela tecnologia, como estratégia de competitividade e imperativo de sobrevivência das grandes empresas no âmbito da internacionalização.

Uma das mudanças que se verifica na organização das empresas é o processo de terceirização que SALERNO (1992, p.57) conceitua como "enxugamento" organizacional. Nesta em uma de suas formas:

... a empresa contrata uma 'agenciadora' de mão-de-obra que aloca trabalhadores para trabalharem na atividade direta da contratante, mas com vínculo com a contratada. Fazendo um paralelo, seria o esquema de 'gatos', usado para agenciamento de bóias-frias no campo, agora entendido à atividade fabril 'moderna' – como se vê, o 'moderno' não tem pudores de se utilizar de recursos arcaicos.

Fala-se muito que as mudanças tecnológicas provocaram a diminuição dos postos de trabalho e, portanto, o desemprego. Todavia, FALABELLA e SCHMITZ (1988) comentam que a variável tecnologia não é uma variável independente e sim

produto das relações sociais e, conseqüentemente, as suas aplicações são variadas dependendo dos regimes políticos dos países, das tradições culturais, da capacidade de organização e da luta dos trabalhadores, provocando assim impacto social diferenciado.

O debate atual sobre as tendências do mercado de trabalho perante os processos de modernização é controvertido, pois segundo CARVALHO e SENA (2000, p. 20), há "... os que associam o aumento do desemprego à raiz desse processo e há aqueles que, na raiz do mesmo processo, vislumbram a expansão de novas atividades e, portanto, a criação de novos empregos em setores de ponta e nos serviços."

As novas tecnologias não são neutras. A maneira escolhida por quem as utiliza é que faz a diferença.

MARX (1984, p. 86) afirma que "(...) uma coisa são as máquinas e outra coisa é o modo de utilizá-las. A pólvora continua pólvora indiferentemente que seja utilizada para ferir e para curar."

As novas tecnologias possibilitaram a diminuição do esforço físico, mas em contrapartida provocaram um aumento no desgaste mental, pois o trabalhador tem que estar atento à máquina que muitas vezes é sofisticada e requer novos conhecimentos para manipulá-la.

O que se evidencia com a reestruturação produtiva é que o trabalho passa a ser mais intelectual em contraposição ao conceito de trabalho físico. manual, aumentando a importância da informação, do trabalho imaterial em oposição ao conceito convencional de trabalho, centrado na idéia de transformação da natureza. (CATTANI, 1997, p.273)

Diante disto, surge a necessidade de um novo tipo de trabalhador, haja visto que, o conhecimento passa a ser fundamental neste processo e as capacidades intelectuais são potencializadas.

Neste novo quadro, o mercado de trabalho passa a exigir pessoas que saibam colocar seus conhecimentos para produzir e as empresas que investem em qualificação profissional na busca de novas aprendizagens têm mais chances de sobreviver.

Verificam-se mudanças no conceito de empregabilidade, pois antes bastava ao trabalhador ter disposição física e disciplina para executar o proposto.

Atualmente, além de saber fazer, precisa conhecer, saber e estar disposto a continuar aprendendo.

Neste novo paradigma buscam-se: a integração dos trabalhadores que deverão saber trabalhar em equipe, sendo mais comunicativos uns com os outros; a polivalência, entendida como um trabalho mais variado, rotativo; a diminuição da distância entre serviços de concepção e execução, ao permitir a participação do trabalhador no planejamento das atividades e a diminuição da hierarquia ao se reduzir chefias intermediárias.

A seguir explicitaremos algumas das novas exigências postas aos trabalhadores no atual mercado de trabalho.

## 2.2 PERFIL DO TRABALHADOR E AS DEMANDAS DE ESCOLARIZAÇÃO NESTE NOVO MODELO DE PRODUÇÃO

A globalização da economia e a reestruturação produtiva trazem possibilidades e exigências para as empresas e os trabalhadores. Estas exigências por maior diversidade, qualidade e produtividade, lucratividade, concorrência afetam tanto as empresas que, para sobreviverem necessitam ter mais conhecimento numa busca contínua pela aprendizagem, quanto os trabalhadores, pois destes são requeridas novas competências.

Neste novo paradigma que CARVALHO e SENA (2000) denominam de "paradigma técnico-econômico", por ser uma nova forma de racionalização e lucratividade, as empresas precisam investir em inovações tecnológicas - uso da microeletrônica - e organizacionais - trabalhador de novo tipo que esteja apto para lidar com as inovações.

O conhecimento científico, no século XX tem evoluído de forma acelerada no desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como da engenharia genética. Estas transformações significativas resultam numa sociedade denominada de sociedade da informação.

Nesta, o conhecimento passa a ser mais valorizado e estabelece uma nova mediação entre o homem e o trabalho e, portanto, as capacidades intelectivas passam a ser potencializadas.

... a crescente complexificação dos instrumentos de produção, informação e controle, nos quais a base eletromecânica é substituída pela base microeletrônica passam a exigir o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes, resistir a pressões, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado à intuição criadora, buscar aprender permanentemente e assim por diante. Intervir crítica e criativamente, bem como estar atento buscando sempre o sucesso da empresa e evitando assim o desperdício, o retrabalho e os riscos. (KUENZER, 1999, p.20)

Em outras palavras é requerido do trabalhador além do saber fazer, o conhecer e o saber aprender. Ele necessita ter o domínio de habilidades motoras, disciplina, obediência, mas também e, sobretudo uma boa formação geral, sólida base no uso de instrumentos tecnológicos e capacidade de assimilar informações.

É importante ressaltar que os impactos da reestruturação produtiva nem sempre produzem os mesmos efeitos em relação ao nível de emprego e de qualificação do trabalhador e, assim sendo o novo perfil requerido nem sempre é para todos os trabalhadores. Sobre isto, ASSIS (1994, p.190) comenta que, para "...alguns trará a desqualificação; para outros será inevitável uma polarização das qualificações (...); para outro grupo (...) haverá o aumento generalizado da qualificação do trabalho."

Sobre as competências requeridas no mercado de trabalho, KUENZER (1999, p. 20) afirma que "... a função certificadora de competências até então exercida pelas agências formadoras, inclusive Universidades, passa a ser desempenhada pelo mercado, que vai dizer que competências são necessárias para cada situação, em que quantidade, e por quanto tempo."

Estas características requeridas para o trabalhador neste novo paradigma, evidenciam um novo conceito de empregabilidade. Assim, verifica-se uma aproximação do mercado de trabalho com o sistema educativo, ou seja, com a escola.

CARVALHO e SENA (2000, p. 41), afirmam que "... o processo de reestruturação produtiva está requerendo um novo perfil do trabalhador quanto a conhecimento, à formação de atitudes, etc., que são exigências afetas, diretamente ao sistema educacional."

As mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas influenciam a educação, porém, atualmente está ainda em grande parte estruturada nos modelos

do século XIX e muito limitada na presença e na utilização das inovações tecnológicas no ambiente educacional. A Educação parece oscilar entre a resistência e o deslumbramento.

KUENZER (1999, p.27) destaca que:

... a nova base de educação geral deverá superar sua dimensão livresca e reprodutiva, fundada na repetição e na memorização para assumir um novo projeto, cuja finalidade seja o estabelecimento de situações de aprendizagem onde ocorram interações significativas entre o aluno e o conhecimento, na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de trabalhar científica e criativamente com informações e conceitos que continuamente se renovam, de modo a construir respostas originais para os desafios postos pela vida social e produtiva.

Diante das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, fica evidente que "... o trabalhador necessita de maior grau de escolaridade do que lhe foi solicitado pelo modelo de produção taylorista." (SEGNINI, 1992, p. 66)

Segundo CARVALHO (1994, p. 94), a indústria brasileira é composta por uma grande massa de trabalhadores semi-qualificados ou sem qualificação e metade deles não foram além dos quatro anos de escola.

Sendo assim, algumas empresas têm desenvolvido programas internos e até mesmo parcerias na busca de escolarizar os seus trabalhadores.

A elevação do "... nível de escolaridade dos trabalhadores e a utilização de tecnologia 'de ponta' têm sido apontados como fatores fundamentais para a inserção do Brasil na 'modernidade'." (SEGNINI, 1992, p.67)

O que diferencia e muito do modelo taylorista é que neste novo modelo de produção há uma diminuição entre a concepção e a execução. Antes só era exigida formação escolar prolongada e habilidades cognitivas para as funções intelectuais e diretivas, porém atualmente com a crescente incorporação das inovações tecnológicas ao processo produtivo, esta formação passa a ser requerida para o conjunto dos postos transformados pela reestruturação produtiva. (KUENZER, 1999, p.24)

No entanto, ainda é possível notar que existe uma dualidade de ensino vinculada à dualidade da sociedade:

... à grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim a longo prazo, para que possa produzir alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal. A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação. (KUENZER, 1999, p.21)

Ainda, segundo KUENZER (1999 p.26) para os pauperizados economicamente, a escola é o único espaço disponível para que possam apreender e compreender o mundo do trabalho.”

Tendo em vista que é na escola que a maioria da população tem acesso ao conhecimento se faz necessário ressaltar que ela deve estar voltada para a produção e distribuição deste conhecimento, formando cidadãos capazes de enfrentarem novos desafios.

Sendo assim, a escolarização promoverá ao indivíduo a aquisição de um conjunto de conhecimentos sobre economia, política, gestão, de instrumentos e de habilidades cognitivas superiores que lhe proporcionarão uma participação mais ativa e produtiva na sociedade. Eis alguns exemplos:

- a) a escolaridade é um dos requisitos que deve ser preenchido num Curriculum Vitae;
- b) a escolaridade deve ser comprovada antes de dar continuidade aos estudos, por exemplo, ingressar na universidade;
- c) a escolaridade é um requisito utilizado para promoção em Planos de Carreira;
- d) concursos públicos exigem escolaridade e, muitas vezes, no ato da inscrição;
- e) ofertas de empregos em jornais, em sites da internet, destaca a exigência da escolaridade para o preenchimento da vaga;
- f) as Agências de Emprego exigem que o inscrito preencha o seu grau de escolaridade;
- g) a escolaridade proporciona privilégio para o presidiário, pois quem tem formação superior tem direito a uma cela especial;
- h) a escolaridade facilita a participação na vida social e produtiva. KUENZER(1999, p. 25), sobre isto afirma que“... ampliam-se as necessidades de participação em todos os setores da vida social e produtiva, que exigem conhecimentos sobre economia, política, direitos, gestão, bem como o domínio das competências de trabalho coletivo e de comunicação.”
- i) a participação nas eleições já foi privilégio apenas para os

escolarizados e, portanto, os analfabetos ficavam excluídos:

j) a escolaridade do quadro funcional de uma empresa interfere na obtenção da Certificação de Qualidade da ISO - *International Standard Organization*;

k) a escolaridade proporciona maior resistência dos trabalhadores e como afirma SEGNINI (1999, p. 68), no "... exercício da mesma função - caixa quanto maior o nível de escolaridade, a resistência se expressa mais intensamente, coletivamente."

l) a escolaridade tem sido um requisito observado como forma de obter e de manter o emprego. Segundo ZANETTI (1999, p.73) o "... poder de rejeição ou de negociação da atual forma de organização da produção e do trabalho por parte dos trabalhadores fica fragilizado, tendo em vista as condições do mercado de trabalho, com o crescente desemprego." E sobre isto também afirma KUENZER (1988, p.25) que "...se a instrução e a experiência são utilizadas como critério de seleção, são insuficientes para determinar a ocupação e o salário; esta determinação se faz pelas necessidades e possibilidades do capital."

Estes exemplos confirmam que a escolaridade está relacionada ao conjunto de direitos de cidadania, bem como estratégia de inserção no atual mercado de trabalho.

Na análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo, buscaremos relacionar alguns dos elementos da reestruturação produtiva e do perfil por ela requerido do trabalhador.

### **3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MODALIDADE DE ESCOLARIZAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DOS TRABALHADORES**

Neste capítulo, pretende-se apresentar, de forma sucinta, alguns elementos da EJA – Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista ser esta a modalidade de ensino utilizada pelos trabalhadores como forma de reingresso no processo de escolarização e de certificação, necessária para atender os atuais requisitos do mercado de trabalho.

Ao observar a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, verifica-se que, antes do Século XX, a escolaridade era um privilégio da minoria, ficando excluídos os escravos, os indígenas e grande parte das mulheres. As ações educativas voltadas aos jovens e adultos eram escassas e pouco significativas.

Na primeira metade do século XX, devido ao processo de industrialização, de urbanização e de projetos de desenvolvimento nacional houve um empenho na promoção da educação básica. Neste período, o Brasil estava vivenciando um processo de redemocratização da sociedade. A Educação de Jovens e Adultos – EJA passa a ser objeto de reflexão pedagógica tendo reconhecimento no seio de uma política pública de âmbito nacional.

Em 1947 é lançada a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes sob a direção do professor Lourenço Filho e que tinha como uma de suas intenções alfabetizar em três meses.

No final da década de 50, críticas são feitas às visões preconceituosas em relação ao adulto analfabeto surgindo então a necessidade de renovar os métodos de ensino.

Nos primeiros anos da década de 60, Paulo Freire, educador brasileiro, de uma forma valiosa, desenvolveu projetos de alfabetização que proporcionavam além do saber ler e escrever, a conscientização e a politização.

Tendo como base o Método Paulo Freire se disseminaram esforços e iniciativas educativas para alfabetizar jovens e adultos de forma a torná-los sujeitos da ação social.

No entanto, em 1964, os militares tomam o poder num golpe de Estado e, conseqüentemente, todos os projetos que visavam uma atuação política e social foram duramente reprimidos.

O governo, na década de 70, cria o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com a intenção de adaptação e de preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho. Cria também o Programa de Educação Integrada (PEI) para aqueles alfabetizados que pretendiam dar continuidade aos estudos.

Grupos dedicados à educação popular e opositores da ditadura militar, em experiências pequenas e isoladas continuaram a desenvolver propostas mais críticas de alfabetização com base nos postulados de Paulo Freire. Eles se reuniam em comunidades religiosas de base, associações de moradores e oposições sindicais.

Com o fim da ditadura militar e a retomada do governo nacional pelos civis, em 1985, a sociedade se organiza para a elaboração de uma Constituição que busque garantir normas jurídico-legais para o funcionamento de uma democracia participativa. E, em 1988 é promulgada a Constituição Federal. Pela primeira vez foi garantido, no plano legal, o direito ao ensino fundamental gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O MOBREAL é extinto em 1985 e, para dar apoio a governos, entidades civis e empresas conveniadas no desenvolvimento de iniciativas educativas junto aos jovens e adultos foi criada a Fundação Educar.

A EJA vinha recebendo reconhecimento social até 1990, conforme mostra Haddad:

A educação de pessoas jovens e adultas veio sendo reconhecida como um direito desde os anos 30, ganhando relevância com as campanhas de alfabetização das décadas de 40 e 50, com os movimentos de cultura popular dos anos 60, como o Mobral [1971 – 1986] e o ensino supletivo dos governos militares e a Fundação Educar [1986 – 1990] da Nova República. (HADDAD, 1997, p. 106 – 107).

Em 1990, o governo federal extingue a Fundação Educar e as entidades conveniadas ficam sem o apoio financeiro. Esta medida provoca a transferência direta da responsabilidade pública dos programas de EJA da União para os municípios.

A reforma educacional iniciada em 1995 prevê uma restrição dos gastos públicos com o intuito de estabilizar a economia e cumprir os acordos com as agências de financiamento internacionais. A Emenda Constitucional nº 14, promulgada em 1996, suprime, das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, o artigo que ampliava o dever do Estado em conferir o direito à Educação Fundamental gratuita à população jovem e adulta que não teve acesso e progressão escolar na idade própria. É estabelecido um novo mecanismo de distribuição de recursos para a educação entre as esferas de governo. É criado então o FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

Diante disto, a EJA fica numa posição marginal, pois um veto presidencial na lei que regulamenta o FUNDEF excluiu a contagem das matrículas dos jovens e adultos do Ensino Fundamental para fins de repasse de recursos deste mecanismo para a EJA. Com isto, estados e municípios se vêem com precárias condições e desmotivados a manter e expandir o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos.

A tabela abaixo mostra a evolução da matrícula no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos.

Evolução da matrícula inicial no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – 1995/2001

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
1995	2.136.508
1997	2.210.325
1998	2.081.750
2001	3.777.989

Tabela extraída de HADDAD; PIERRO (1999, p.3).  
Acréscimo dos dados de 2001 ( Fonte: MEC/INEP)

Infelizmente, o que se verifica na educação, principalmente a de jovens e adultos, que há uma contradição entre a garantia do direito e a sua negação pelas políticas públicas.

Outro aspecto a ser observado é que o número dos alunos que se matriculam na Educação de Jovens e Adultos não é o mesmo dos concluintes, conforme se observa nos dados de 2001.

Brasil: Total de Matriculados e Concluintes da EJA - 2001

Modalidade de Ensino	Total de matrícula	Total de concluintes
Ensino Fundamental (1º segmento)	1.151.429	229.887
Ensino Fundamental (2º segmento)	1.485.459	436.452
Ensino Médio	987.376	380.764
Total	3.777.989	1.047.103

Fonte: MEC/INEP

Diante destes dados, verifica-se que, do total dos matriculados, apenas 27% conclui os estudos. O que se observa também é que, a evasão no Ensino Fundamental é de 75% e no Ensino Médio é de 62%.

Estas evasões, sem dúvida, dificultam a escolarização e, por conseguinte, a obtenção da certificação escolar, de inúmeros alunos-trabalhadores.

Outra observação interessante a ser feita é que, em 1996 é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta, há um rebaixamento da idade mínima para prestar exames supletivos, fixadas em 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio e a EJA passa a ser vista como integrante do Ensino Básico Comum.

Ao analisar os padrões atuais de rendimento escolar no ensino regular com elevado índice de repetência, sucessivas evasões e rematrículas e elevada defasagem série-idade, verifica-se que o rebaixamento da idade para a prestação dos exames supletivos representa um mecanismo de regulação do fluxo escolar e aceleração de estudos.

Sendo assim, o rebaixamento da idade para prestar exames supletivos favoreceu um enorme contingente de jovens defasados na relação série-idade e que necessitam de certificação para atender as crescentes exigências de escolarização do mercado de trabalho.

A seguir será apresentada a tabela que mostra a defasagem entre idade e série escolar na população de 7 a 16 anos (em %):

## Evolução do analfabetismo no Brasil entre pessoas maiores de 15 anos – 1900-1999

	1900		1940		1980		1991		1999	
		%		%		%		%		%
Brasil	6.348.869	65,1	13.269.281	56,0	18.146.197	33,6	18.716.847	25,4	15.076.588	13,3

Tabela extraída de BASTOS; LIMA (2002 p.65)

O analfabetismo no Brasil está diretamente relacionado com as desigualdades sociais e econômicas.

Em relação aos anos de escolaridade, observa-se que a grande maioria dos brasileiros, cerca de 61% na área urbana e 88% no campo, são caracterizados como analfabetos funcionais, pois não completaram oito anos de estudos.

## Taxas de Analfabetismo Funcional – 1999 (maiores de 10 anos)

	> 1 ano *		> 4 anos		> 8 anos	
	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Brasil	10,2%	26,5%	25,9%	55,5%	60,6%	88,1%
Nordeste	17,7%	36,5%	38,2%	69,3%	69,2%	91,9%

Tabela extraída de BASTOS; LIMA (2002 p.66). \* "Inclui pessoas sem instrução."

Diante dos índices alarmantes do analfabetismo e da baixa escolaridade da população brasileira, verifica-se a necessidade de mais investimentos na educação de jovens e adultos. Todavia, os dados mostram que para esta modalidade de ensino é atribuída a menor parcela do orçamento.

Governo Federal: Execução de Despesas em Educação por Programa 1995/97 (em R\$ mil de 1995)

Programas	1995	1996	1997	% sobre o Total			% do PIB		
				1995	1996	1997	1995	1996	1997
Educ. 0 a 6 anos	244.425	240.347	235.311	2,98	3,15	3,11	0,04	0,03	0,03
Ens. Fundamental	2.579.478	2.593.328	2.734.135	31,46	33,96	36,14	0,38	0,37	0,38
Ens. Médio	570.036	458.313	433.461	6,95	6,00	5,73	0,08	0,07	0,06
Ens. Superior	4.694.436	4.220.443	4.027.490	57,25	55,27	53,23	0,69	0,61	0,56
<b>Ens. Supletivo</b>	<b>14.229</b>	<b>21.314</b>	<b>23.728</b>	<b>0,17</b>	<b>0,28</b>	<b>0,31</b>	-	-	-
Ed Física e Desp.	59.162	47.982	79.633	0,72	0,63	1,05	0,01	0,01	0,01
As. a Educandos	27.061	20.279	0	0,33	0,27	0	-	-	-
Ed. Especial	10.835	33.808	32.145	0,13	0,44	0,42	-	-	-
Administ. e outros	1.627.798	1.325.910	1.555.479	16,56	14,80	17,05	0,24	0,19	0,22
<b>TOTAL</b>	<b>9.827.460</b>	<b>8.961.724</b>	<b>9.121.381</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1,45</b>	<b>1,29</b>	<b>1,27</b>

Tabela extraída de HADDAD: PIERRO (1999, p.9)

No Estado do Paraná, a EJA atende as determinações da LDB 9394/96 que a organiza na forma de cursos e exames.

Os cursos podem ser presencial, ofertados nas escolas estaduais com duração de um semestre a cada série e, semi presencial que funciona nos CEEBJAS - Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos, com carga horária a ser cumprida no atendimento coletivo ou individual, conforme a possibilidade do aluno-trabalhador.

Infelizmente, o que se verifica através dos dados estatísticos é que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, “se constitui muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na época apropriada.” (HADDAD, 1992, p. 3).

O descaso com a Educação de Jovens e Adultos a partir de 1990 pode significar segundo PIERRO (1992, p.22), “... relegar à ignorância parcela tão grande da força de trabalho do país, ou ainda amargar décadas de atraso até que se formem novas gerações.”

Diante disto parece existir uma contrariedade, pois se de um lado percebe-se a necessidade de elevar o nível de escolaridade das pessoas para terem

condições de competir no atual mercado de trabalho, de outro lado, verifica-se que não tem sido significativa a ampliação das oportunidades de educação para a população jovem e adulta.

O que os dirigentes da sociedade não deveriam esquecer é que há uma dívida social a ser reparada com um enorme contingente de jovens e adultos que não puderam estudar ou não completaram o Ensino Fundamental e Médio.

#### **4 MODELOS DE PRODUÇÃO E AS DEMANDAS POR ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CAMPO**

Neste capítulo, apresenta-se o recorte metodológico deste estudo e, em seguida, os resultados que foram obtidos na coleta de dados. Busca-se analisar estes dados com base na fundamentação teórica que discute os modelos de produção e as demandas por escolarização.

##### **4.1 ELEMENTOS BÁSICOS DO ESTUDO DE CASO: O RECORTE METODOLÓGICO**

Esta investigação pode ser definida como um estudo de caso por apresentar as seguintes características: visa a descoberta; enfatiza a interpretação em contexto; busca retratar a realidade; usa uma variedade de fontes de informação; mostra a realidade sob diferentes perspectivas. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 18 –20)

O estudo de caso é “sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos” e “se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo.”(LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 17)

Inicialmente foi delimitado como unidade-caso uma instituição pública estadual de ensino que oferta escolarização para jovens e adultos trabalhadores que estão defasados na idade-série e que buscam certificação de Educação Básica. Foi estabelecido um contato com a vice-diretora para a obtenção de dados significativos sobre a estrutura e funcionamento desta instituição de ensino, bem como a confirmação da possibilidade de realização deste estudo.

Esta instituição de ensino atende<sup>1</sup> na modalidade semi-presencial e tem como objetivo suprir escolarização para jovens e adultos a partir dos 14 anos

---

1 Os cursos ofertados nesta instituição de ensino têm como características organizativas:

- Momentos presenciais individuais: consiste no atendimento a um aluno de cada vez, onde o professor esclarece as suas dúvidas, corrige suas atividades e orienta em seus estudos. A frequência mínima obrigatória é de 75% nos momentos presenciais e o aluno usufrui deste atendimento conforme a sua disponibilidade de tempo.
- O estudo presencial coletivo caracteriza-se pela formação de turmas ou blocos de alunos que recebem acompanhamento constante de um professor de uma determinada disciplina, num processo interativo. Tais turmas têm aulas de três horas, em dois dias da semana. Os alunos recebem aulas expositivas, participam de

completos para o Ensino Fundamental e 16 anos completos para o Ensino Médio, que não tiveram acesso à escola na idade própria ou não tiveram a possibilidade de continuar seus estudos no ensino regular, oferecendo a metodologia de ensino personalizado (individual e coletivo), diversificado no processo de atendimento, no que se refere aos conteúdos, métodos, avaliação e organização didático-escolar.

Com a delimitação da instituição de ensino que oferta escolarização e certificação de Educação Básica para trabalhadores e o correspondente contato com a mesma, iniciou-se a coleta de dados.

Para a coleta de dados foram utilizados questionários aplicados aos trabalhadores interessados em matricular-se nesta instituição de ensino; observações em sala de aula e na palestra/aula inaugural, bem como a consulta a alguns documentos, tais como: proposta pedagógica, folheto informativo distribuído na palestra inaugural.

Conforme sugerem LÜDKE e ANDRÉ (1986, p.15) na “etapa inicial também estão incluídas as primeiras observações, com a finalidade de adquirir maior conhecimento sobre o fenômeno e possibilitar a seleção de aspectos que serão sistematicamente investigados.”

Para a coleta de dados foi aplicado um “questionário para o aluno trabalhador” (ANEXO). E, segundo CERVO e BERVIAN (1983, p.159), o questionário “é a forma mais usada para coletar dados” e possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja e também porque contém “um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central.”

---

dinâmicas de grupos, debates, palestras. A falta às aulas no atendimento coletivo, implica em retenção na disciplina ou o encaminhamento para o atendimento individual.

- Momentos não presenciais: são dedicados aos estudos que complementam a aprendizagem, através da leitura compreensiva de textos, dos cadernos e apostilas anotações das dúvidas para tirá-las nos momentos presenciais, para resolução das atividades das apostilas. As atividades podem ser realizadas na Biblioteca, no Setor áudio-visual, no Setor de Informática ou em sua própria casa.
- A avaliação é realizada na forma presencial, quando o aluno percebe que está apto e cumpriu todas as atividades escolares previstas. A verificação do rendimento escolar ocorre em duas fases: Avaliações processuais que são realizadas durante as atividades presenciais e a prova final do Banco Estadual de Itens feita no término de cada disciplina, de acordo com o calendário estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná. A média final é calculada pela média ponderada entre a média das avaliações processuais com peso de 40% e a média do Banco de Itens com peso de 60%. A média final é 5,0.

Tendo em vista que o universo de alunos-trabalhadores matriculados nesta instituição de ensino é numeroso, pois só no mês de setembro de 2002 foi de 3898, distribuídos em várias disciplinas, em três turnos - manhã, tarde e noite - e na forma semi-presencial, buscou-se outra alternativa para coletar os dados.

O momento escolhido, então, para aplicar o questionário foi o da palestra inaugural, onde os trabalhadores interessados recebem orientações e informações necessárias para efetuarem a matrícula nesta instituição de ensino. O número de participantes nesta palestra pode chegar até a 100 trabalhadores, conforme comentou a direção da instituição de ensino, sendo que muitos deles têm o tempo restrito, tentando conciliar trabalho ou outras atividades diversas com o desejo de estudar. Neste sentido, tais condições inviabilizariam a coleta de dados qualitativa através de entrevista.

Então, numa destas palestras inaugurais, realizadas todas as segundas-feiras no período da manhã e da noite, foi aplicado o questionário. Nesta palestra inaugural estiveram presentes 44 jovens e adultos-trabalhadores que, ao término da referida palestra, foram convidados a preencherem o questionário, havendo concordância da parte de todos.

Antes da aplicação do questionário foi explicado aos respondentes as intenções da presente pesquisa e o sigilo em relação à identificação dos alunos-trabalhadores, tanto no que se refere a informações para a direção da instituição de ensino, quanto na própria exposição da pesquisa. De todos os respondentes, nenhum deles identificou-se pelo nome. LÜDKE e ANDRÉ (1986, p.50) comentam sobre a questão da garantia de sigilo das informações e afirmam que "para conseguir certo tipo de dado, o pesquisador muitas vezes tem que assegurar aos sujeitos o anonimato." A profissional da instituição que repassou as informações da palestra inaugural permaneceu na sala, durante a aplicação do questionário endossando, assim, a presente pesquisa.

Dos questionários preenchidos, um deles teve que ser desconsiderado devido a incompletude das respostas. Sendo assim, a análise dos dados foi feita com o total de 43 questionários.

Com a aplicação deste questionário foram levantados dados pessoais, informações referentes ao trabalho e a escolarização dos respondentes.

As tabulações e as análises das respostas obtidas a partir deste questionário serão apresentadas no decorrer do presente capítulo.

Outra fonte de informação utilizada para análise dos dados foi obtida na Agência do Trabalhador – SINE/PR (Sistema Nacional de Emprego/ Paraná).

No SINE/PR obtivemos dados referentes a colocação de mão-de-obra segundo sexo, escolaridade e faixa etária; intermediação de mão-de-obra segundo a ocupação; oferta de emprego segundo sexo, razão da vaga, atividade econômica, estado conjugal, escolaridade e faixa etária; número de cadastros novos; número de reinscrições; número de encaminhados; número de colocações; número total de vagas abertas neste período de junho e julho de 2002. Utilizamos alguns destes dados e também do IBGE sobre escolaridade, faixa etária e emprego dos trabalhadores, como referências para a análise deste estudo.

#### 4.2 O ATUAL MODELO DE PRODUÇÃO E AS DEMANDAS POR ESCOLARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Pesquisas realizadas na área de Educação e Trabalho revelam e discutem as mudanças no mundo do trabalho, decorrentes da superação do modelo taylorista e a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento e de inovações tecnológicas e organizacionais que a sociedade vem experimentando. Diante destas mudanças, a elevação contínua do conhecimento, o acesso à informação e o uso das novas tecnologias têm sido considerados fundamentais para que as empresas possam sobreviver e competir numa economia globalizada. Estas mudanças nos processos produtivos, gestam também, novas demandas para os trabalhadores.

Pretende-se neste estudo de caso, mostrar o que, atualmente, justifica o retorno aos estudos por parte dos trabalhadores, os motivos que levam as empresas a exigirem escolarização de sua mão de obra e o nível de escolaridade exigida.

No modelo de produção taylorista bastava que o trabalhador soubesse executar a tarefa proposta, não havendo assim preocupação com o seu nível de escolaridade. Segundo ZANETTI (1999, p. 78), o "... nível de escolarização, na fase em que predominava a organização taylorista/fordista não representava problemas que impedissem o avanço industrial."

Entretanto, com a reestruturação produtiva, a elevação contínua do conhecimento, o acesso às informações e o uso das novas tecnologias têm sido considerados fundamentais para que as empresas possam sobreviver e competir numa economia que passa a ser globalizada. Diante disso, CARVALHO (1994, p.104) comenta que "... o operário limitado, de gestos mecanizados e pouco discernimento, típico do modelo taylorista/fordista de organização da produção, deixa de ser funcional para os objetivos gerenciais dentro da nova etapa aberta com a recente aceleração do progresso técnico."

KUENZER (1999, p. 20) afirma que a

...memorização de procedimentos – necessária a um bom desempenho em processos produtivos rígidos – passa a ser substituída pela capacidade de usar o conhecimento científico de todas as áreas para resolver problemas novos de modo original, o que implica domínio não só de conteúdos, mas dos caminhos metodológicos e das formas de trabalho intelectual, multidisciplinar, o que exige educação inicial e continuada rigorosa, em níveis crescentes de complexidade.

Diante disto, verifica-se que "esta mudança [provocada pela reestruturação produtiva] está associada a um crescimento substancial da importância de uma boa educação formal da força de trabalho." (CARVALHO, 1994, p.104)

E, segundo ZANETTI (1999, p.82) "dispor de trabalhadores com maior grau de escolaridade e envolvimento com as novas formas de organização facilita a transição mais rápida para esquemas mais amplos de trabalho em plantas automatizadas quando de sua implantação."

Desta forma, "empresas e empresários têm apontado o baixo grau de instrução da mão-de-obra do Brasil como um sério obstáculo à implementação de novas técnicas de qualidade e produtividade."(CARVALHO, 1994, p.120)

Devido a globalização da economia, houve a necessidade de estabelecer padrões mínimos de aceitabilidade dos produtos e com isto, surgiu uma instituição internacional, a ISO – *International Standard Organization* - com o objetivo de regulamentar e certificar as empresas que atenderem aos requisitos e normas exigidos na fabricação dos produtos e/ ou na prestação de seus serviços. Diante disto, não ter trabalhadores escolarizados, pode significar, segundo ZANETTI (1999, p.100) a "... não manutenção dos certificados da ISO 9000, os quais potencializam a empresa para o enfrentamento da concorrência ..."

Todavia, o que ocorre é que, muitas das vezes, a certificação escolar está relacionada com o critério da seletividade e não com o desempenho da atividade propriamente dita. Na pesquisa realizada por ZANETTI (1999, p.77) umas das chefias respondeu que *“se o mercado oferece trabalhadores com o 2º grau por que contratar aqueles que possuem apenas o 1º grau?”*.

Desta forma, percebe-se que o aumento da oferta da mão-de-obra provoca novas exigências para o perfil dos trabalhadores e uma delas tem sido o grau de escolaridade. Sendo assim, resta questionar se estas exigências estão de fato relacionadas com as demandas dos postos de trabalho ou se são mais uma forma de seletividade que acentua a exclusão social. Como o mercado de trabalho também se regula pela oferta da mão-de-obra, os requisitos podem ser alterados dependendo da disponibilidade de trabalho para determinadas áreas. (ZANETTI, 1999, p.77-78)

Ao analisar os dados do SINE/PR, verifica-se que nos meses de junho e julho de 2002 foram encaminhados para o mercado de trabalho 10.314 pessoas, porém destas, apenas 1.911 obtiveram emprego. Desta forma, verifica-se que dos encaminhados, 81% não foram empregados.

Os motivos que levaram estas pessoas a não conseguirem o emprego, segundo o relatório do SINE/PR do período pesquisado, foram os seguintes:

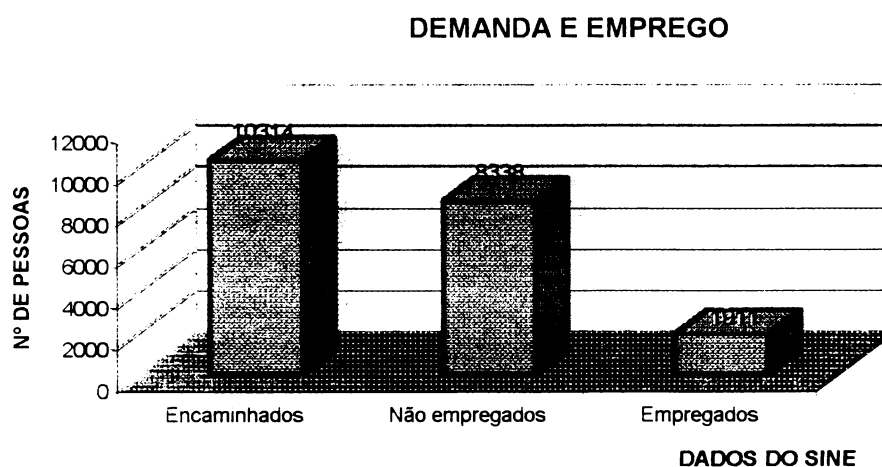
- a) a vaga já tinha sido preenchida antes mesmo da apresentação da pessoa encaminhada pelo SINE. Por este motivo, 1242 pessoas perderam a possibilidade de obter o emprego;
- b) o baixo nível de instrução impediu que 22 pessoas preenchessem a vaga ofertada;
- c) candidatos que desistiram ou não compareceram: 984 pessoas se encaixam neste motivo;
- d) reprovação no teste de seleção: este motivo dificultou que 3898 pessoas obtivessem o emprego almejado. Embora os critérios exigidos num teste de seleção sejam inúmeros, verifica-se que as empresas se apropriam deste mecanismo para selecionar seus trabalhadores, principalmente quando existe um aumento da oferta de mão-de-obra;
- e) a experiência insuficiente impossibilitou que 335 pessoas obtivessem o emprego;

- f) candidato compareceu, porém não aceitou o emprego: 538 pessoas;
- g) pretensão salarial alta: corresponde a este motivo 57 pessoas;
- h) vaga cancelada: 812 pessoas ao buscarem a vaga tiveram a notícia de que ela tinha sido cancelada;
- i) outros motivos: 450 pessoas.

Lamentavelmente verifica-se que estes motivos dificultaram a obtenção de emprego de 8.338 pessoas, ou seja, 81% dos encaminhados.

A seguir, apresenta-se o gráfico com os dados do SINE/PR no que se refere a demanda e emprego (junho e julho de 2002):

DEMANDA E EMPREGO		
Encaminhados	Não empregados	Empregados
10.314	8.338	1.911

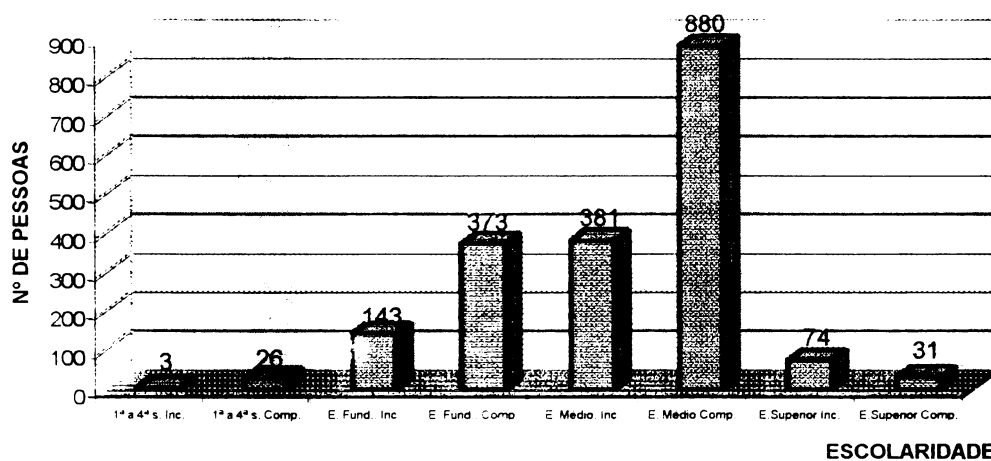


Ao fazer uma análise dos 1.911 trabalhadores que foram colocados no mercado de trabalho, 51% têm no mínimo o Ensino Médio completo. E é interessante enfatizar que dos que foram colocados no mercado de trabalho tendo o Ensino Médio incompleto, 63% deles estão estudando.

O gráfico abaixo mostra a colocação de mão-de-obra do SINE/PR, no mesmo período, segundo a escolaridade:

COLOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA SEGUNDO A ESCOLARIDADE							
1ª a 4ª s. I.	1ª a 4ª s. C.	E.Fund. I.	E.Fund. C.	E.Médio. I.	E.Médio C.	E.Sup. I.	E.Sup.C.
3	26	143	373	381	880	74	31

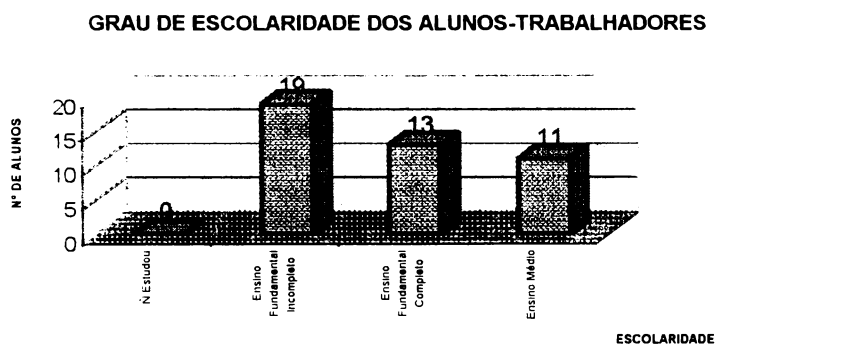
COLOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA SEGUNDO A ESCOLARIDADE



No caso dos respondentes do questionário da instituição estadual de ensino, confirma-se a elevação do grau de escolaridade<sup>2</sup>, pois 19 respondentes têm o Ensino Fundamental incompleto e 24 deles buscam a escolarização em nível Médio.

<sup>2</sup> Utilizou-se, no questionário, a nomenclatura da Lei 5692/71, Ensino de 1º e 2º Graus, tendo em vista garantir a compreensão dos respondentes em relação a informação solicitada, pois a nomenclatura da Lei 9394/96 – Ensino Fundamental e Médio - pode não ter sido incorporada por parte da população.

GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ALUNOS-TRABALHADORES			
Nº Estudou	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio
0	19	13	11



Ao comparar os índices de escolaridade da população brasileira total (IBGE, 1996) com os dos empregados no setor formal (RAIS/MTb, 1995) verifica-se que: enquanto 14% dos brasileiros maiores de 14 anos tinham menos de um ano de estudo, apenas 3% dos empregados registrados eram analfabetos. Na outra ponta da pirâmide educacional, apenas 9% da população maior de 18 anos cursava ou cursara o ensino superior, mas 14,75% dos empregados no setor formal já haviam concluído ou estavam cursando o Ensino Superior. No Estado de São Paulo, responsável por 32,45% dos postos de trabalho no Brasil, pessoas com menos de 1 ano de estudo somavam 7,5% da população maior de 15 anos, mas os analfabetos representam apenas 2,09% dos trabalhadores empregados formalmente.

Em 1997, dos empregados registrados na Região Metropolitana de São Paulo, 20,9% cursavam o Ensino Médio (eram 18% em 1985), e 26% o Ensino Superior (contra 17,8% em 1985).

Os dados do IBGE comparativos dentre 1990 e 2002, segundo SOARES (2002) revelam que aumentou o nível de escolaridade da força de trabalho brasileira. O número de empregados sem instrução e com Ensino Fundamental incompleto diminuiu e a população de trabalhadores que tem o Ensino Médio e formação superior aumentou. O número de trabalhadores com Ensino Médio completo, que era de 15,5% em 1990, passou para 27,3% em 2002 (referentes à média de janeiro a setembro deste mesmo ano). Os que têm curso superior completo são atualmente 13,7% da população ocupada, enquanto que em 1990 eram 10,2%.

Em contrapartida, caiu consideravelmente o percentual dos que não têm nenhuma instrução, pois eram 6,8% em 1990 e, em 2002 são apenas 2,7% da população ocupada, conforme se verifica na tabela:

<b>CRESCER NÚMERO DE EMPREGADOS MAIS ESCOLARIZADOS</b>								
Participação % no total da força de trabalho								
<b>Grau de instrução /Ano</b>	Sem instrução	Da 1ª a 3ª s. do Ens. Fundamental	Da 4ª a 7ª s. do Ens. Fundamental	Ens. Fundamental Completo	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio Completo	Ens. Superior Incompleto	Ens. Superior Completo
1990	6.8	11.6	34.8	12.0	5.0	15.5	3.7	10.2
1991	6.6	11.5	34.6	11.9	5.1	16.1	3.8	10.3
1992	6.2	10.9	34.1	12.1	5.2	16.8	3.7	10.7
1993	5.7	10.5	33.7	12.3	5.4	17.4	3.8	11.0
1994	5.7	10.5	33.4	12.4	5.4	17.7	3.9	10.8
1995	5.3	10.1	33.0	12.5	5.7	18.2	3.9	11.1
1996	4.8	9.4	32.3	12.8	5.7	19.2	4.0	11.6
1997	4.5	8.8	31.0	12.6	6.1	20.3	4.3	12.1
1998	4.1	8.3	29.8	12.6	6.5	21.5	4.6	12.3
1999	3.7	7.8	28.5	12.4	6.7	22.7	4.8	12.9
2000	3.3	7.1	27.4	12.3	6.9	24.3	5.1	13.1
2001	3.0	6.8	26.3	12.2	6.9	25.5	5.4	13.3
2002 *	2.7	6.4	24.7	12.0	6.6	27.3	6.1	13.7

\* Os dados de 2002 são referentes à média de janeiro a setembro

Fonte: IBGE. Dados do gráfico extraídos de SOARES (2002, p.B1)

O questionário aplicado na instituição de ensino evidenciou a preocupação dos alunos-trabalhadores com o mercado de trabalho, haja visto que, dos 43 pesquisados, 34 deles, ou seja, 79% declaram que retornaram aos estudos para buscar e/ ou manter o emprego. Um deles explicou, no item "outro motivo" do questionário, que voltou a estudar para "arrumar emprego melhor". Assim, 81% dos pesquisados voltaram a estudar devido à preocupação com as exigências que estão sendo postas no atual mercado de trabalho.

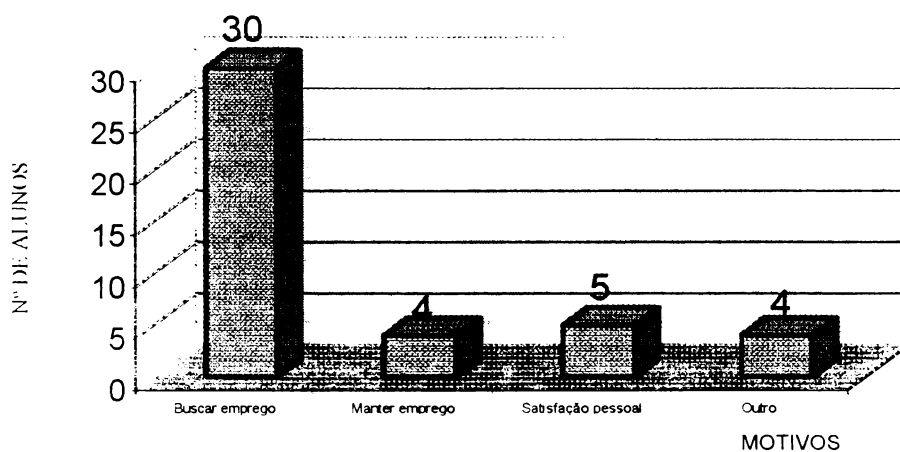
Pelo fato de alguns alunos-trabalhadores terem apresentado no questionário mais de um motivo para o retorno aos estudos, se fez necessário ocuparem dois gráficos a tabulação.

O primeiro gráfico apresenta os motivos em relação ao número de respondentes e o outro, apresenta o número de motivos apontados pelos trabalhadores.

Diante do exposto acima, confirma-se, mais uma vez, que os motivos “buscar e/ ou manter o emprego”, têm determinado, aos trabalhadores, o retorno aos estudos.

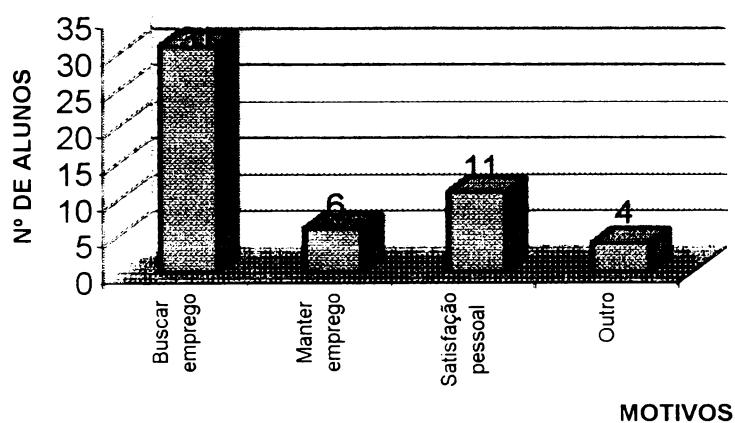
MOTIVOS DE RETORNO AOS ESTUDOS - RESPONDENTES			
Buscar emprego	Manter emprego	Satisfação pessoal	Outro
30	4	5	4

MOTIVOS DE RETORNO AOS ESTUDOS - RESPONDENTES



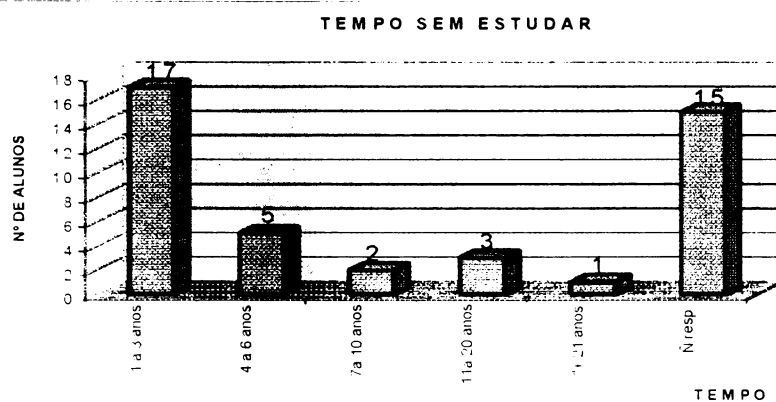
RETORNO AOS ESTUDOS - MOTIVOS			
Buscar emprego	Manter emprego	Satisfação pessoal	Outro
31	6	11	4

RETORNO AOS ESTUDOS - MOTIVOS



Dos que responderam há quanto tempo não estudam, 28 ao todo. 17 deles estão sem estudar há pouco tempo – 1 a 3 anos e, se encontram na faixa etária entre 15 e 30 anos.

1 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	11 a 20 anos	" + 21 anos	Ñ resp.
17	5	2	3	1	15

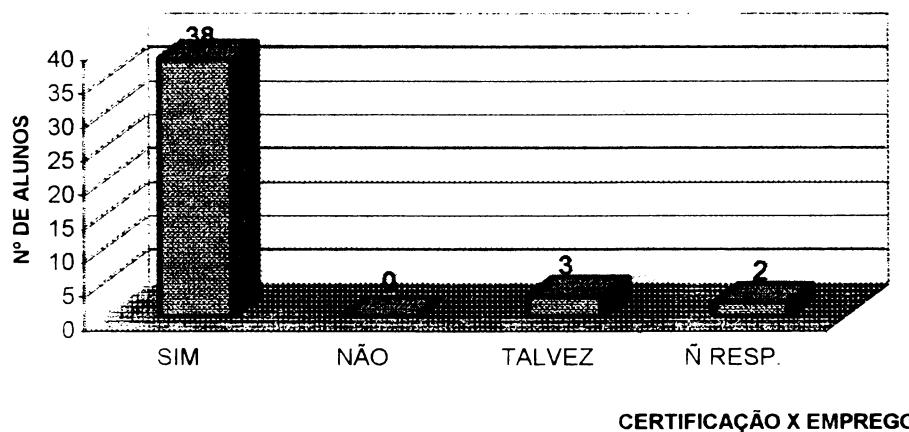


A procura por escolaridade tem sido expressiva nesta instituição de Educação de Jovens e Adultos, pois, no mês de maio de 2002, 2323 alunos freqüentaram os cursos oferecidos e no mês de setembro deste mesmo ano, o número de alunos foi ainda maior: 3898. Destes 3898, freqüentaram o Ensino Médio, 2233, ou seja, 57% do total.

No questionamento feito aos alunos-trabalhadores desta instituição de ensino sobre a relação entre a certificação e a obtenção de emprego, dos 43 pesquisados, 38 responderam que com a escolarização podem obter emprego, 03 deles acreditam que talvez seja possível e 02 deles não responderam. Nenhum dos pesquisados registrou resposta negativa em relação a este questionamento, conforme mostra o gráfico:

COM A CERTIFICAÇÃO SE CONSEGUE EMPREGO ?			
SIM	NÃO	TALVEZ	NÃO RESPONDEU
38	0	3	2

### COM A CERTIFICAÇÃO SE CONSEGUE EMPREGO?



Os alunos-trabalhadores pesquisados fizeram os seguintes comentários sobre a questão "Com a certificação você acredita que consegue emprego?"

*"porque a firma pede o certificado."*

*"a maioria das empresas pedem o 2º grau completo."*

*"porque o mercado de trabalho exige."*

*"sim porque a exigência está grande."*

*"porque eles dão mais preferência pra quem tem estudo."*

*"sem um grau de escolaridade fica difícil conseguir algo."*

*"porque eu já perdi emprego por causa de não estudar."*

Ao analisar os comentários feitos pelos alunos trabalhadores, verifica-se que muitos deles estão retornando aos estudos em busca de certificação escolar para atender às novas exigências do mercado de trabalho e assim terem maiores chances de competir para obter emprego. Isto comprova que o mercado de trabalho ao exigir quais competências o profissional deve ter, está determinando a inserção ou o retorno aos estudos dos trabalhadores, mesmo que restrito a certificação.

Vale ressaltar que o retorno aos estudos possibilita ao trabalhador a concorrência no mercado de trabalho e não necessariamente a garantia de obtenção do emprego.

Sobre isto, KUENZER (1999, p.20) comenta que a "... uniformidade decorrente da certificação escolar complementada pela profissional adquirida em cursos técnicos ou superiores, que assegurou às antigas gerações o ingresso e a permanência no emprego, já não é mais suficiente." Isto se deve ao fato de que atualmente é o mercado que determina as competências, sendo que, até então a função certificadora de competências sempre foi exercida pelas agências formadoras, comenta esta mesma autora.

Na pesquisa realizada por ZANETTI (1999, p.74) verificou-se que "... os próprios trabalhadores têm consciência de que a integração no programa educacional da empresa também pode não ser a garantia de manutenção do seu emprego e nem tem sido garantia de 'empregabilidade', embora apareça como requisito formal."

E, como já foi mencionado, a exigência da certificação escolar, segundo ZANETTI (1999), está relacionada com a preocupação das empresas em conquistar a certificação da qualidade e assim aumentar a possibilidade de sua inserção e concorrência na economia globalizada.

Alguns respondentes do questionário enfatizam que esta exigência da certificação do sistema escolar tem sido maior atualmente:

*"sim, pois hoje o ensino é fundamental em qualquer área."* (trabalhadora de 30 anos).

*"ultimamente, não se consegue sem estudo nem para limpar chão. Tem que estudar."* (trabalhadora de 30 anos).

*"hoje o estudo é tudo na vida."* (trabalhadora de 40 anos).

Devido às inovações tecnológicas e organizacionais, foram colocadas novas exigências em termos de qualificação de mão-de-obra e, sendo assim "... o trabalhador necessita de maior grau de escolaridade do que lhe foi solicitado pelo taylorismo." (SEGNINI, 1992, p. 66)

KUENZER (1999) também ressalta que no modelo taylorista/fordista, o trabalhador precisava ter habilidades psicofísicas, memorização e repetição de

procedimentos, domínio de alguns conhecimentos básicos de leitura, de escrita, de cálculo, da natureza e da sociedade, para as quais, alguns anos de escolaridade eram suficientes.

A escolaridade que não era exigida no modelo de produção taylorista para os trabalhadores que exerciam funções operacionais, passa a ser necessária no novo modelo de produção. E, segundo CARVALHO (1994, p. 101):

... o que estamos assistindo nas economias avançadas é um real enfraquecimento dos dogmas tayloristas sobre a fragmentação do trabalho, com as gerências mudando em direção a um uso mais abrangente do mesmo, no qual o conhecimento e a criatividade de um força de trabalho responsável e cooperativa constituem uma contribuição bem-vinda na busca da eficiência, da qualidade e da inovação.

Segundo MACHADO (1992, p.15), com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, parece emergir um novo perfil do trabalhador e, em linhas gerais, novas exigências estão sendo postas, tais como, "... posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global e de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda a capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações."

Para KUENZER (1999), o trabalhador que possui tais características e busca, portanto, o desenvolvimento de suas competências cognitivas superiores e de relacionamento, estará mais adequado aos postos de trabalho ainda existentes, o que define o termo "empregabilidade".

O retorno aos estudos revela que estes respondentes acreditam na escolaridade e, segundo FRIGOTTO (1992, p.51) "... para as classes populares, o acesso a esta escola básica é condição necessária, ainda que não suficiente, para uma qualificação humana que as capacite a lutar por seus direitos fundamentais."

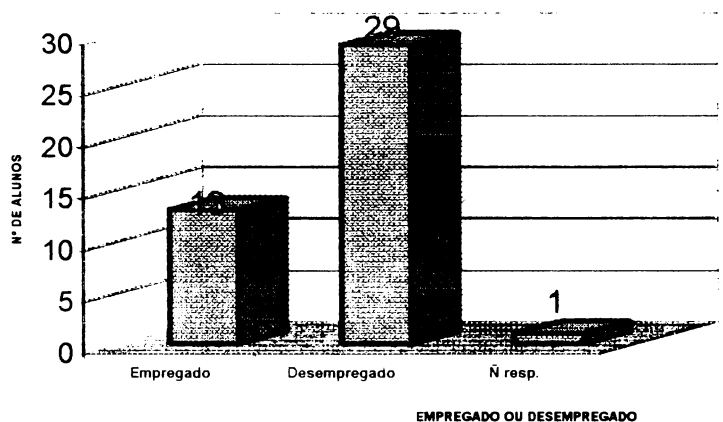
Na sociedade, principalmente a de cunho capitalista, ter um trabalho consiste em um direito fundamental e necessário à sobrevivência.

Na proposta pedagógica da instituição de ensino estadual está registrado como objetivos, a preparação dos jovens e adultos para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Isto evidencia uma preocupação em escolarizar também para atender as exigências do atual mercado de trabalho.

Outra questão abordada no questionário foi sobre a situação profissional – empregados/desempregados. Dos 43 alunos trabalhadores pesquisados, 29 estão desempregados, o que corresponde a 67% do total, conforme mostra o gráfico:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS TRABALHADORES		
EMPREGADO	DESEMPREGADO	NÃO RESPONDEU
13	29	1

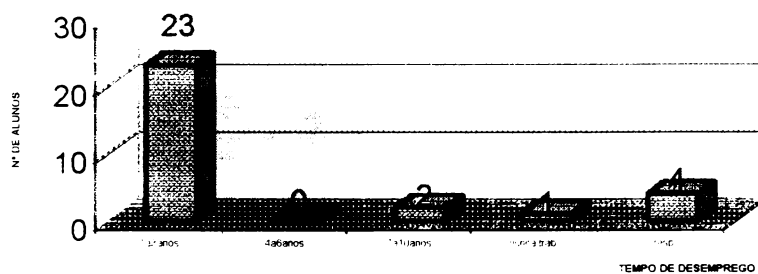
SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS TRABALHADORES



Destes alunos-trabalhadores desempregados, o tempo maior de desemprego entre eles é de 1 a 3 anos, conforme mostra o gráfico.

1 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	nunca trab.	ñ resp.
23	0	2	1	4

HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ DESEMPREGADO



Nos dados do SINE/PR também consta que só nos meses de junho e julho de 2002 foram feitos 18.586 cadastros novos, dos quais foram encaminhados

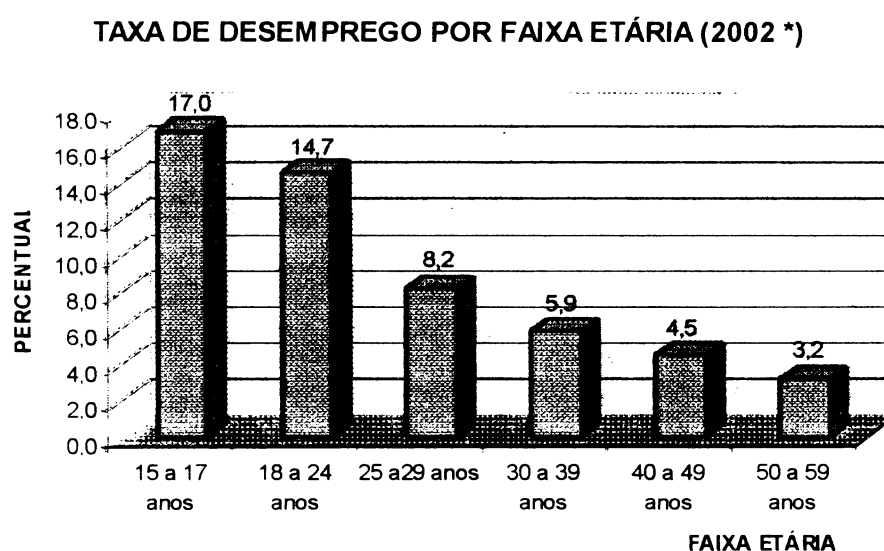
10.314 e como já apresentamos, apenas 1.911 obtiveram emprego. O número de vagas ofertadas neste mesmo período foi de 3.881. Sendo assim, verifica-se que mesmo que as 3.881 vagas fossem preenchidas, apenas 37% dos encaminhados seriam empregados. E, com a análise sendo feita sobre o número de cadastros novos, verifica-se que o percentual seria ainda menor, ou seja, apenas 21% seriam empregados.

O drama do desemprego atinge principalmente os mais jovens. Em quase todos os países da América Latina e inclusive no Brasil, o jovem constitui a metade dos desempregados. (CNBB, 1999, p. 21-22).

Conforme revelam os dados da tabela apresentada na página 48, o desemprego entre os jovens tem aumentado, pois em 1997, a taxa de desemprego anual era de 5,7% e, em 2002 passou a 7,3%.

O motivo da queda da participação juvenil parece estar relacionada com o fato de que, os jovens estão estudando mais e adiando a entrada no mercado de trabalho. (SOARES, 2002, p.B1)

O gráfico abaixo evidencia que o desemprego entre os jovens realmente é mais acentuado que nas demais faixas etárias.



Fonte: IBGE, 2002. Dados do gráfico extraídos de SOARES (2002, p.B1)

Os dados estatísticos também mostram que a ocupação de brasileiros de 15 a 17 anos caiu de 4,8% em 1990 para 1,8% em 2002 e, na faixa etária de 18 a 39 anos, passou de 63,7% para 57,7%, conforme mostra a tabela:

Percentual de empregados por faixa etária													
Faixa etária / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002 *
De 15 a 17 anos	4.8	4.4	4.0	3.8	3.8	3.8	3.7	3.3	3.1	2.6	2.3	2.0	1.8
De 18 a 39 anos	63.7	63.2	62.2	61.6	62.4	61.5	60.7	60.1	59.9	59.1	58.7	58.0	57.7
De 40 a 59 anos	27.8	28.5	29.8	30.6	30.2	31.2	31.6	32.5	32.8	34.1	34.7	35.7	35.9
De 60 anos ou mais	3.8	3.9	4.0	4.0	3.7	3.8	3.9	4.1	4.2	4.2	4.2	4.3	4.4

\* Os dados de 2002 são referentes à média de janeiro a setembro.

Fonte: IBGE. Dados do gráfico extraídos de SOARES (2002, p.B1)

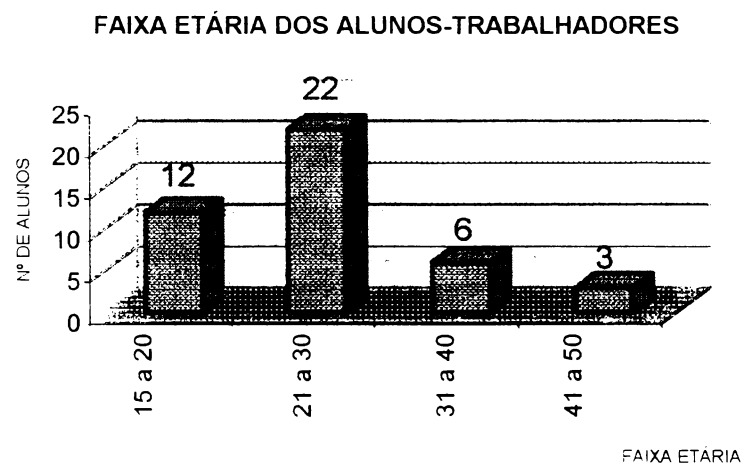
Segundo POCHMANN (2003), a exclusão do jovem do mercado de trabalho é resultado da política econômica que impede a criação de empregos e, sendo assim, as vagas destinadas ao jovem passaram a ser ocupadas pelos adultos experientes, que não têm opções e se dispõem a ocupar esses cargos.

Outro motivo da diminuição da participação juvenil se deve ao fato de que, as “...pessoas estão retardando sua entrada com o objetivo de estudar mais.” (SOARES, 2002, p B1)

Dos 21 jovens (15 a 25 anos) que responderam o questionário, 12 deles estão desempregados, o que corresponde a 57% do total. Neste caso, mais da metade dos jovens pesquisados estão desempregados. É interessante registrar que 90% dos jovens pesquisados acreditam que com a certificação se consegue emprego e mais de 60% foram motivados a retornar aos estudos porque necessitam buscar ou manter o emprego.

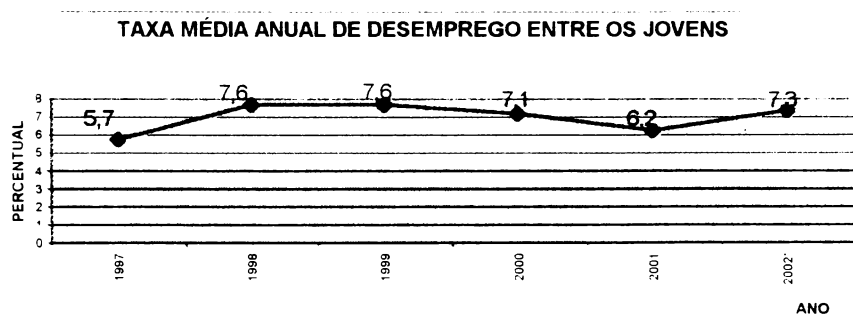
Ao analisar a faixa-etária dos alunos-trabalhadores pesquisados, verifica-se que há uma predominância de jovens, pois 34 deles têm entre 15 e 30 anos, o que corresponde a 79% do total.

15 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos
12	22	6	3



O texto-base da Campanha da Fraternidade de 1999 revela que a taxa de desemprego no Brasil dobrou de 1994 a 1998. No mês de dezembro de 1998, foi de 7,0%. (CNBB, 1999, p. 18).

A seguir apresenta-se o gráfico sobre a taxa média anual de desemprego de 1997 a 2002\* (dados de 2002 referentes à média de janeiro a setembro).



Fonte: IBGE. Dados do gráfico extraídos de SOARES (2002, p. B1)

De acordo com o IBGE, só no mês de março de 2002, a taxa de desemprego foi de 7,09%.

O CEPAT Informa (2002, p.3) também comunicou que, às vésperas de 1º de Maio de 2002, de acordo com os dados do DIEESE, "o desemprego atingiu 20% da

população economicamente ativa, voltando aos patamares de 1999 quando o país enfrentava a desvalorização do real e vinha de uma forte recessão.”

Os dados comprovam que o desemprego continua e, que, portanto, a procura pelo emprego tem sido maior que a oferta de vagas.

MACHADO (1992, p.13) afirma que o processo de industrialização representou a incorporação de grandes massas de trabalhadores, mas que atualmente devido às transformações tecnológicas se evidencia uma redução não só relativa, mas absoluta da mão-de-obra. A autora verifica também, que existe “uma enorme economia de tempo de trabalho humano necessário, fazendo com que a produção de valor dependa menos da intervenção viva do homem.”

Com a adoção das novas tecnologias e das novas formas de trabalho, enfatiza MACHADO (1992, p.16), que um pequeno grupo representaria o perfil de qualificado restando um enorme contingente de trabalhadores desqualificados.

Este novo modelo de produção exclui, portanto, a maioria do mercado de trabalho e sobre isto CATTANI (1996, p.42) entende que, “... o capitalismo transforma o emprego num privilégio, acessível a um número cada vez menor de pessoas.” Este mesmo autor, sugere que a busca de respostas para a recomposição da população ativa, a dinâmica do mercado de trabalho e as conseqüências da exclusão, são fatos que devem ser analisados do ponto de vista social e não apenas econômico.

Sobre a diminuição dos postos de trabalho provocados pelas inovações tecnológicas e organizacionais neste novo modelo de produção, CATTANI (1996, p.80-81) também destaca que, o “desemprego, como fenômeno permanente, é apenas mais claramente vislumbrado nas circunstâncias atuais, caracterizadas pela estabilidade política, pela redução das ‘interferências’ estatais e sindicais, enfim, pelo domínio sem concorrência da economia de mercado.”

Sendo assim, verifica-se que, com a redefinição do papel do Estado, ou seja, com a redução dos investimentos públicos em políticas sociais e com a defesa dos interesses globais da reprodução capitalista e, também, com o enfraquecimento das forças sindicais, possibilita-se que o neoliberalismo defina as regras do mercado de trabalho, gerando assim a exclusão e as desigualdades sociais.

... a mais dramática transformação decorrente da nova etapa de acumulação é (...) o desemprego que assume feições mais perversas nos países periféricos, onde os direitos de cidadania ainda estão longe de ser assegurados para a maioria da população e as desigualdades de todas as ordens acentuam as diferenças de acesso ao trabalho. (KUENZER, 1999, p.19)

Outro dado significativo é que vem aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. Em 1990, o número de mulheres no mercado de trabalho brasileiro era de 38% e, em 2002 aumentou para 42,1%.

Os motivos do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho se devem "... a maior inserção feminina, com elas se lançando em áreas antes ocupadas por homens e a necessidade de complementar a renda familiar." (SOARES, 2002, p. B1).

Em relação aos anos de instrução, HADDAD e PIERRO (1999, p. 4) afirmam que as "... mulheres brasileiras têm hoje, em média, uma sutil vantagem nos níveis de escolaridade em relação aos homens, resultado das condições diferenciais de acesso, permanência e desempenho escolar nas novas gerações."

Segundo RIBAS e IORIO (2002) "a expansão da escolaridade e o acesso à universidade são aspectos fundamentais nessa transformação dos padrões de comportamento feminino e refletem em sua situação ocupacional."

As trabalhadoras apresentam atualmente um padrão mais elevado de escolaridade que o dos homens, conforme mostra a tabela com dados referentes ao Estado do Paraná.

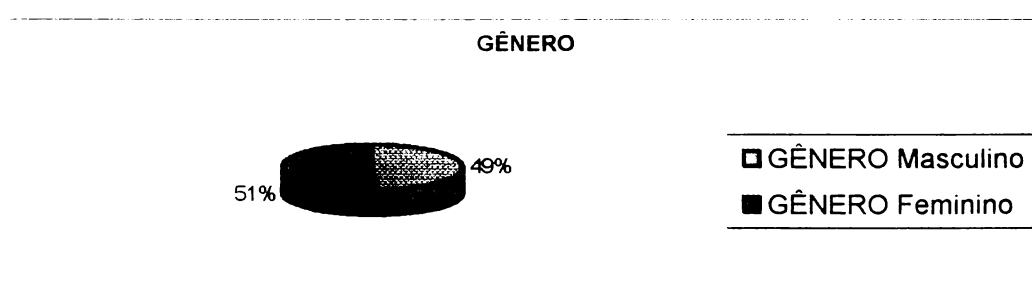
<b>ESCOLARIDADE DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO O SEXO - PARANÁ - 1992/1998</b>				
ANOS DE ESTUDO	ESCOLARIDADE (%)			
	1992		1998	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
S/ instrução - 1 ano	12,04	13,77	9,04	8,39
1 a 3 anos	21,86	18,89	16,22	15,62
4 a 7 anos	37,39	35,21	37,06	32,42
8 a 10 anos	12,98	12,45	16,59	16,43
11 a 14 anos	11,88	14,06	14,93	18,74
15 anos e +	3,69	5,39	5,37	7,48
Sem declaração	0,15	0,23	0,79	0,93

FONTE: PNAD - IBGE

Tabela extraída de: RIBAS; IORIO (2002)

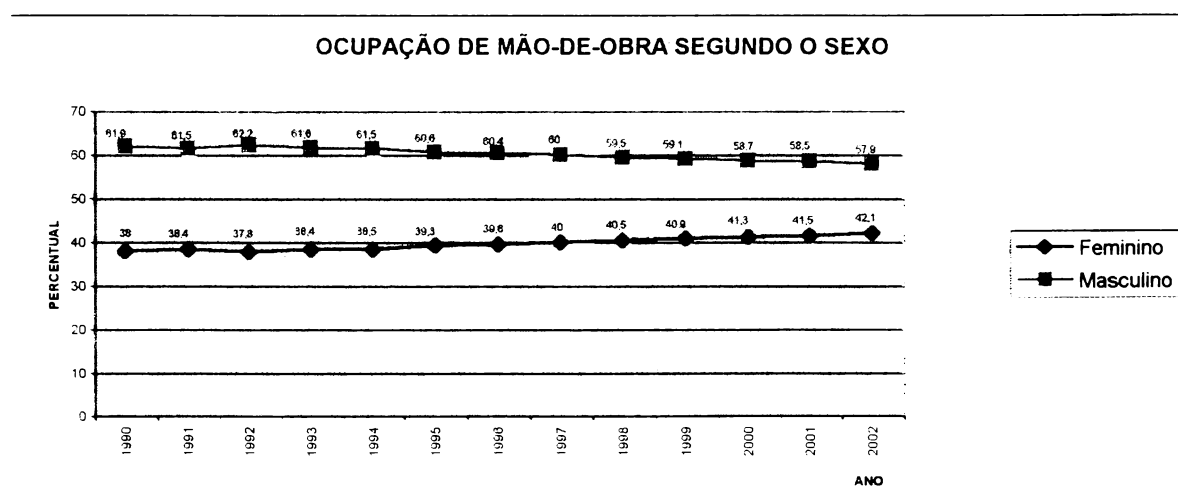
Na análise dos resultados do questionário, verifica-se que dos 43 respondentes, a participação feminina corresponde a 51% .

Masculino	Feminino
21	22



Em relação à situação profissional destas mulheres, verificou-se que das 22 respondentes, 18 estão desempregadas, o que corresponde a 81% do total. Dezenove mulheres, estão retornando aos estudos para buscar emprego e 21 delas acreditam que com a certificação escolar podem obter emprego.

A seguir apresenta-se o gráfico que comprova que as mulheres estão ganhando espaço no mercado de trabalho.



Fonte: IBGE, 2002. Dados do gráfico extraídos de SOARES (2002, p.B1)

Segundo os dados do IBGE, em 1996, o percentual de mulheres com 8 a 11 anos de estudos era de 28,1% ao passo que os homens representavam 25,3%.

Todavia HIRATA (1991, p.7) alerta que “a polivalência e a qualificação não são atributos geralmente reconhecidos à mão-de-obra feminina.”

De modo geral, os dados analisados nesta pesquisa revelam que a escolaridade tem sido, atualmente, exigida pelas empresas e que isto tem motivado os trabalhadores tanto os homens como as mulheres, no seu retorno aos estudos.

Sobre esta tendência mundial à elevação da escolaridade básica, KUENZER (1999, p.21) comenta que é “necessária ao próprio desenvolvimento do modelo de acumulação flexível, uma vez que aos novos paradigmas de organização e gestão da produção correspondem significativas mudanças na vida social, gerando novos padrões de consumo, em decorrência da reunificação entre ciência, trabalho e cultura.”

Ainda KUENZER (1999, p. 21) afirma que mesmo que se estabeleça uma “... nova relação entre homem e conhecimento, não significa dizer que a primazia conferida às funções intelectuais altere a distribuição desigual do capital material e cultural.”

Diante da globalização da economia e da reestruturação produtiva, as empresas necessitam ser competitivas e, então investem em inovações tecnológicas e organizacionais. Estas inovações requerem um novo tipo de trabalhador que tenha competências cognitivas superiores e de relacionamento para as quais pode contribuir o sistema escolar.

Na sociedade capitalista, segundo SILVA (2000, p.5) a “... educação toma a forma redentora do homem, com poder de realizar mudanças no ser social, independente dos demais condicionantes envolvidos no processo social, considerados na sua totalidade.”

Sendo assim, a escolaridade passa a ser exigida no atual mercado de trabalho, mesmo que muitas das vezes, esteja sendo utilizada apenas como forma de selecionar trabalhadores que estão em busca de emprego. Sabe-se que com a entrada da microeletrônica e das inovações tecnológicas e organizacionais, houve uma diminuição dos postos de trabalho e, infelizmente os precários investimentos em políticas públicas para a geração de trabalho, emprego e renda favoreceram a sociedade capitalista que visa apenas a lucratividade, a produtividade e a acumulação do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, buscou-se mostrar os modelos de produção e suas demandas por escolarização.

Ao analisar o modelo de produção taylorista/ fordista verificou-se que era requerido do trabalhador apenas a execução das atividades, conforme o modelo proposto. Sendo assim, era exigido o saber fazer não importando o nível de escolaridade do trabalhador.

Com a globalização da economia e com a reestruturação produtiva, o estudo mostrou que ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho. As inovações tecnológicas e organizacionais alteraram as demandas de qualificação, embora não para todos os trabalhadores. Estas demandas referem-se também a escolarização e certificação. Há um aumento na exigência de escolaridade. Um dos motivos se deve ao fato de que, as empresas perceberam que a baixa escolaridade se torna um entrave para o seu desenvolvimento. Outro motivo é que as inovações tecnológicas e organizacionais requerem mão-de-obra adequada e mais qualificada.

O fato de uma empresa ter seus trabalhadores escolarizados e certificados na Educação Básica pode significar a obtenção e/ou a manutenção dos Certificados de Qualidade - ISO, que favorecem a sua imagem no mercado globalizado.

Todavia, o que verificou-se também é que, em certas situações, a exigência da escolaridade e da certificação escolar, está relacionada apenas com o critério de seletividade e não com o desempenho da atividade propriamente dita. O aumento da oferta de mão-de-obra possibilita o acréscimo de exigências para a contratação de um trabalhador e, uma delas, tem sido o grau de escolaridade. E, segundo POCHMANN (2002, p.60), quando “cresce a oferta de mão-de-obra, aumenta o desemprego. E aí as pessoas com menos capacitação são expulsas do mercado e a preferência na admissão recai nas com mais escolaridade.”

Isto se deve ao fato de que, o atual modelo de produção, de cunho capitalista, está preocupado apenas com a lucratividade e não tem interesse em gerar emprego. Fatores como a diminuição dos investimentos públicos na geração de empregos e o enfraquecimento das forças sindicais, possibilitam que o atual modelo de produção defina as regras do mercado de trabalho.

Os dados do SINE/PR comprovam que, a procura por emprego, tem sido bem maior que as vagas ofertadas, ou seja, o número de trabalhadores cadastrados nos meses de junho e julho de 2002, foi superior a quatro vezes o número de vagas ofertadas.

A análise dos dados do IBGE (2002), demonstra que está crescendo o número de trabalhadores com maior escolarização. Todavia, POCHMANN (2002, p.61), afirma que, “temos, atualmente, mais pessoas capacitadas, escolarizadas, mas tal crescimento não acompanha a oferta de trabalho.”

Diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, verifica-se que, os motivos que levam a um aumento da procura por escolaridade por parte dos trabalhadores, relaciona-se às novas exigências do mercado de trabalho.

O presente estudo também mostrou que os alunos-trabalhadores pesquisados acreditam na certificação para a obtenção e/ou manutenção de um emprego e, os comentários feitos por eles, confirmam que, estando certificados e escolarizados, terão mais chances de concorrer no mercado de trabalho.

No decorrer do estudo, também verificou-se que, a própria instituição pública de ensino pesquisada, tem como uma de suas intenções, escolarizar para atender as exigências do atual mercado de trabalho.

Todavia, a pesquisa também demonstrou que o grau de escolaridade tem possibilitado a concorrência no mercado de trabalho, porém não tem significado a garantia da obtenção/manutenção do emprego.

A escolaridade é importante, embora por razões diferentes, tanto para os trabalhadores como para os empresários. Para os trabalhadores, pode significar a única oportunidade de acesso aos saberes e valores culturais da humanidade e a conquista de direitos de cidadania. Para os empresários, a possibilidade de mão-de-obra mais qualificada para melhorar a competitividade. Assim, como afirma FREITAS (1991, p.10), “enquanto o capital está interessado em preparar um novo trabalhador, nós estamos interessados em formar um novo homem.”

O estudo de caso realizado mostrou que os trabalhadores têm como motivo principal para o retorno aos estudos, a necessidade de escolarização para concorrer a um emprego. Todavia, como já afirmamos, a Educação não é simplesmente, o reflexo do sistema político, econômico e cultural. Ela tem, portanto, uma autonomia relativa em relação à sociedade capitalista. Desta forma, acredita-se que a

Educação de Jovens e Adultos, como modalidade educacional que atende aos trabalhadores, deve valorizar práticas pedagógicas que oportunizem o desenvolvimento integral do educando e que favoreçam a sua inserção na sociedade como cidadãos conscientes, críticos e criativos.

Nesta perspectiva, a educação e a escolaridade, não deveriam estar voltadas apenas para atender as necessidades do atual mercado de trabalho, mas principalmente para que as pessoas se apropriem dos conhecimentos, num processo de construção dos significados e valores e, se instrumentalizem para o exercício da cidadania na busca da diminuição das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de A. A educação e a formação profissional na encruzilhada das novas e velhas tecnologias. In FERRETI, C.J.; DAGMAR, M. L. ; MADEIRA, F.R. et al (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 189-203.
- BASTOS, A. V. B.; LIMA, A. A. B. **Educação Continuada em Contextos Organizações - Trabalho e Educação: bases conceituais**. Módulo Integrado I / Brasília: SESI – DN, Universidade de Brasília, UNESCO, 2002.
- BRYAN, N. A. P. Mutações técnicas e organizacionais e o Ensino Tecnológico. Cadernos Andes – n. 10 **Educação e Trabalho**, out. 1993. p.71-78.
- CARVALHO, O. F. de; SENA, V. K. **Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos**. Módulo Integrado I / Brasília: SESI – DN, Universidade de Brasília, UNESCO, 2000.
- CARVALHO, R. de Q. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: GRASSI, A. (Coord.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-127.
- CATTANI, A. D. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996. 195p.
- CATTANI, A.D. **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997. 292 p.
- CEPAT - CENTRO DE PESQUISA E APOIO AOS TRABALHADORES. O mundo do trabalho em mutação. **Cepat Informa**. Curitiba. nº. 83, p. 3 - 15, maio/2002.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw – Hill do Brasil, 1983. 249 p.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A fraternidade e os desempregados: sem trabalho... por quê? : texto base / CNBB**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1999. (Campanha da Fraternidade).
- CORIAT, B. Automação programável: novas formas e conceitos da organização da produção. In: SCHIMITZ, H.; CARVALHO, R. de Q. (Orgs.). **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec. 1988. p. 13-61.
- DIAS, E. F. Educação e Cidadania: Classes e Racionalidades. **Educação e Trabalho**. Cadernos Andes, Brasília, n. 10, out. 1993. p.81-121.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FALABELLA, G. Microeletrônica e sindicatos: a experiência européia. In: SCHMITZ, H; CARVALHO, R. Q. (Orgs.). **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional.** São Paulo: Hucitec, 1988.

FERRETTI, C.J.; JUNIOR, J.dos R.S.; OLIVEIRA, M.R.N.S. Apresentação. **Trabalho, Formação e Currículo.** São Paulo: Xamã, 1999. p. 7 –12 .

FRIGOTTO, G. Trabalho-educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: T. T. Silva (Org.). **Trabalho, Educação e prática social.** Porto Alegre: Artes Médicas, p. 254-274.

HADDAD, S. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 106-122.

HADDAD, S. **Desenvolvimento recente da educação de adultos.** São Paulo: CEDI, doc 2, p. 12-19, maio, 1989.

HADDAD, S. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos. In: **Em Aberto.** Brasília: INEP/MEC, Ano XI, n. 56, out/dez/1992, p. 3-12.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. D. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil:** contribuições para uma avaliação da década da educação para todos. Brasília: INEP/MEC, 1999 (mimeo).

HIRATA, H. **Nouvelles technologies, qualification et division sexuelle du travail: une perspective comparative.** 1991 (mimeo).

IBGE. **Brasil em Números.** Rio de Janeiro: IBGE, 1900-1991, 1996, 1999, 2001.

IBGE, **Brasil em Números.** Disponível em < [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em setembro/2002.

INFORMAÇÃO EM REDE, São Paulo: Ação Educativa, nº7, 1998.

KUENZER, A. Z. Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. **Boletim Técnico do Senac,** Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 19-29, maio/ago., 1999.

KUENZER, A. Z. A questão do Ensino Médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: PIERRO, M. C. D. (Ed.). **Trabalho e Educação.** Campinas: Papirus, 1992 p. 113 - 128.

KUENZER, A. Z. Desafios Teóricos- Metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 p. 55-75.

LAPASSADE, G. **Grupos, Organizações e Instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LEITE, M. de P. Reestruturação Produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: Ministério do Trabalho. **O mundo do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LÜDKE, M.: ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, L. R. de S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: PIERRO, M. C. D. (Ed.). **Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus, 1992. p. 9-23.

MARKERT, W. Revendo o trabalho como princípio educativo à luz da experiência alemã. In: PIERRO, M. C. D. (Ed.). **Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus, 1992 p. 103-112.

MARX, K. O prefácio da contribuição à crítica da economia política. In: **Coleção Grandes Artistas Sociais**. Marx. São Paulo: Ática, 1984. v.10, p.86

MEC/INEP. **Grandes números da Educação Básica**. Disponível em < <http://www.mec.gov.br>. Acesso em setembro/2002.

PIERRO, M. C. D. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes. In: **Em Aberto**. Brasília: INEP/MEC, Ano XI, nº 56, out/dez/ 1992, p. 22-30.

POCHMANN, M. **Desemprego entre os jovens cresceu 194% na década de 90**. Disponível em < <http://www.it.estadao.com.br> . Acesso em março de 2003.

POCHMANN, M. A escola deixou de ser o passaporte para o emprego. **Cepat Informa**. Curitiba, p. 59 – 63, maio/2002.

RIBAS, A. M. de M. ; IORIO, R. E.S. **Transformações do mercado de trabalho: a participação da mulher**. Disponível em < <http://www.pr.gov.br/ipardes>. Acesso em 23 mar. 2003.

SALERNO, M. S. Produção Integrada e Flexível e processo operatório: notas sobre sindicatos e a formação profissional. In: PIERRO, M. C. D. (Ed.). **Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus, 1992. p. 87-94

SEGNINI, L. R. P. Controle e resistência nas formas de uso da força de trabalho em diferentes bases técnicas e sua relação com educação. In: PIERRO, M. C. D. (Ed.). **Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus, 1992, p. 59-68.

SINE/PR – SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO/PARANÁ. **Relatório com dados estatísticos**, Paraná: junho e julho/2002.

SOARES, P. Trabalhador está mais velho e escolarizado. In: **Folha de São Paulo**, 18 nov. 2002. Folha Dinheiro, p. B1

TAYLOR, F.W. **Princípios da Administração Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.109 p.

SILVA, E. E. O trabalho como categoria explicativa do fenômeno educativo. In: Seminário Pesquisa em Educação Região Sul, 3 2000, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ANPED, 2000. p. 1-14. 1 CD-ROM.

TEBCHERANI, M. M. Os cursos supletivos no contexto das políticas públicas no Estado do Paraná. In: Seminário Pesquisa em Educação Região Sul, 3, 2000, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ANPED, 2000. p. 1-19. 1 CD-ROM

ZANETTI, M.A. **Educação de Jovens e Adultos na Empresa: “novos” e “velhos” olhares se entrecruzam – um estudo de caso de uma empresa metal mecânica que oferece escolarização para os seus trabalhadores**. Curitiba, 1999.112 p. Dissertação Mestrado em Educação – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

**QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO TRABALHADOR****DADOS PESSOAIS**

IDADE: \_\_\_\_\_

SEXO: ( ) FEMININO ( ) MASCULINO

LOCAL DE MORADIA:

( ) CURITIBA. BAIRRO: \_\_\_\_\_

( ) REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. CIDADE: \_\_\_\_\_

( ) OUTRO. \_\_\_\_\_

**SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO**

( ) NÃO ESTUDOU.

( ) TEM 1º GRAU INCOMPLETO. ESTUDOU ATÉ QUE SÉRIE? \_\_\_\_\_

( ) TEM 1º GRAU COMPLETO.

( ) TEM 2º GRAU INCOMPLETO. ESTUDOU ATÉ QUE SÉRIE? \_\_\_\_\_

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ NÃO ESTUDA? \_\_\_\_\_

**SOBRE O TRABALHO**

COM A CERTIFICAÇÃO VOCÊ ACREDITA QUE CONSEGUE EMPREGO?

( ) SIM. POR QUÊ? \_\_\_\_\_

( ) NÃO. POR QUÊ? \_\_\_\_\_

( ) TALVEZ. POR QUÊ? \_\_\_\_\_

ESTÁ EMPREGADO?

( ) SIM. ONDE? \_\_\_\_\_

( ) NÃO. HÁ QUANTO TEMPO? \_\_\_\_\_

QUE TIPO DE EMPREGO VOCÊ PROCURA?

( ) INDÚSTRIA. O QUÊ? \_\_\_\_\_

( ) COMÉRCIO. O QUÊ? \_\_\_\_\_

( ) SERVIÇOS. O QUÊ? \_\_\_\_\_

POR QUÊ VOCÊ VOLTOU A ESTUDAR?

( ) NECESSITO DO CERTIFICADO PARA BUSCAR EMPREGO.

( ) NECESSITO DO CERTIFICADO PARA MANTER O EMPREGO.

( ) SATISFAÇÃO PESSOAL.

( ) OUTRO MOTIVO. EXPLIQUE: \_\_\_\_\_